

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	22
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	26
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	105
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	109
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	110
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	111
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	51.676
Preferenciais	0
Total	51.676
Em Tesouraria	
Ordinárias	10
Preferenciais	0
Total	10

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	581.537	386.921	409.825
1.01	Ativo Circulante	238.859	140.016	141.012
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.145	3.871	6.438
1.01.03	Contas a Receber	51.872	42.374	46.514
1.01.03.01	Clientes	51.872	42.374	46.514
1.01.04	Estoques	52.136	77.049	67.429
1.01.06	Tributos a Recuperar	53.212	2.328	3.188
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	53.212	2.328	3.188
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	77.494	14.394	17.443
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	796	796	796
1.01.08.03	Outros	76.698	13.598	16.647
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	68.920	3.136	8.830
1.01.08.03.02	Outros	7.778	10.462	7.817
1.02	Ativo Não Circulante	342.678	246.905	268.813
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	38.195	62.427	84.830
1.02.01.04	Contas a Receber	814	794	772
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	814	794	772
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	25.468
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	25.468
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	3.447	26.093	26.140
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	3.447	26.093	26.140
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	33.934	35.540	32.450
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	25.086	25.128	24.792
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais e Incentivos Fiscais	8.848	10.412	7.658
1.02.02	Investimentos	192.425	139.481	159.956
1.02.02.01	Participações Societárias	192.425	139.481	159.956
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	192.425	139.481	159.956
1.02.03	Imobilizado	110.951	44.861	23.636
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	109.383	43.984	22.869

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	114.902	122.981	124.705
1.02.03.01.02	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado	-5.519	-78.997	-101.836
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.568	877	767
1.02.04	Intangível	1.107	136	391
1.02.04.01	Intangíveis	1.107	136	391
1.02.04.01.02	Software	1.107	2.168	3.046
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	0	0	355
1.02.04.01.06	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Intangível Software	0	-2.032	-3.010

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	581.537	386.921	409.825
2.01	Passivo Circulante	179.659	206.841	173.159
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.746	11.773	11.537
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.559	3.326	2.776
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.187	8.447	8.761
2.01.02	Fornecedores	31.434	34.951	23.730
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.675	24.879	21.997
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.759	10.072	1.733
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.235	11.716	13.318
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.124	7.630	7.118
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	595	0	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	15.529	7.630	7.118
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5.068	4.042	6.164
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	43	44	36
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	37.689	59.003
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	37.689	59.003
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	37.689	56.582
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	2.421
2.01.05	Outras Obrigações	108.662	108.090	61.995
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	71.753	85.951	27.992
2.01.05.02	Outros	36.909	22.139	34.003
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	23
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	36.909	22.139	33.980
2.01.06	Provisões	2.582	2.622	3.576
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.582	2.622	3.269
2.01.06.01.05	Provisões para Benefícios Pós Emprego	2.582	2.622	3.269
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	307
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	0	0	307
2.02	Passivo Não Circulante	186.978	182.902	224.439

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.327	9.327	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.327	9.327	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	9.327	9.327	0
2.02.02	Outras Obrigações	67.412	74.465	87.781
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	44.178	49.089	59.779
2.02.02.02	Outros	23.234	25.376	28.002
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	15.938	17.712	19.356
2.02.02.02.05	Obrigações com pessoal	7.230	7.664	8.646
2.02.02.02.06	Outras Contas a pagar	66	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	12.117	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.117	0	0
2.02.04	Provisões	98.122	99.110	136.658
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	62.495	61.385	67.218
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13.022	12.455	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	45.198	44.952	48.645
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.275	3.978	4.200
2.02.04.01.07	Provisões Tributárias	0	0	14.373
2.02.04.02	Outras Provisões	35.627	37.725	69.440
2.02.04.02.04	Provisões para Benefício Pós Emprego	32.378	37.725	39.387
2.02.04.02.05	Provisão para perdas em investimentos	3.249	0	30.053
2.03	Patrimônio Líquido	214.900	-2.822	12.227
2.03.01	Capital Social Realizado	385.537	338.967	334.251
2.03.02	Reservas de Capital	20.512	19.263	19.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-174	-174	-174
2.03.02.07	Subvenção para Investimento	20.686	19.437	19.437
2.03.04	Reservas de Lucros	-85	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	-85	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-162.409	-319.912	-307.264
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-28.655	-41.140	-34.023

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	513.874	417.072	311.448
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-385.450	-362.407	-297.987
3.03	Resultado Bruto	128.424	54.665	13.461
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	38.059	-39.563	-141.580
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.443	-35.631	-36.244
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.675	-44.566	-51.298
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	21.320	-18.325
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	52.061	6.466	4.661
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	49.193	-3.870	-19.699
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.923	16.718	-20.675
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	166.483	15.102	-128.119
3.06	Resultado Financeiro	13.324	-2.281	-19.051
3.06.01	Receitas Financeiras	24.170	15.115	3.009
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.846	-17.396	-22.060
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	179.807	12.821	-147.170
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.056	-25.468	-2.198
3.08.01	Corrente	-8.939	0	0
3.08.02	Diferido	-12.117	-25.468	-2.198
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	158.751	-12.647	-149.368
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	158.751	-12.647	-149.368
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	158.751	-12.647	-149.368
4.02	Outros Resultados Abrangentes	12.485	-7.117	-8.991
4.02.01	Ganho/ (perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	6.745	3.320	-528
4.02.03	Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	5.740	-10.437	-8.463
4.03	Resultado Abrangente do Período	171.236	-19.764	-158.359

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.223	-13.340	-36.477
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	104.615	-44.521	-76.322
6.01.01.01	Prejuízo/Lucro antes do IRPJ e CSLL	179.807	12.821	-147.170
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-19.923	-16.718	20.675
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	8.520	5.808	3.321
6.01.01.04	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	-684	0	-716
6.01.01.05	Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	-188	609	2.536
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.399	-4.882	13.815
6.01.01.07	Dação de Imóveis	0	-16.282	0
6.01.01.08	Encargos financeiros, variação monetária e cambial	2.539	10.683	4.041
6.01.01.09	Rendimentos de aplicações financeiras	0	-5	-31
6.01.01.11	Deságio dívida - Recuperação Judicial	0	-12.880	0
6.01.01.12	Baixa de depósitos judiciais	0	-117	42
6.01.01.13	Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	-1.199	-2.558	5.718
6.01.01.14	Perda estimada para redução ao valor recuperável dos ativos	-71.636	-21.586	17.118
6.01.01.15	Ganho com a remensuração de investimento	0	-3.297	0
6.01.01.16	Provisão para benefício pós-emprego	3.980	3.651	3.245
6.01.01.18	Provisão para reestruturação	0	498	1.207
6.01.01.19	Perda na alienação de investimentos	0	0	14
6.01.01.20	Demais provisões	0	-266	-137
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-107.838	31.181	39.845
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-7.442	3.531	5.081
6.01.02.02	Partes relacionadas a receber	-67.397	5.741	-4.270
6.01.02.03	Estoques	26.112	-7.062	-3.493
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-50.844	1.179	4.225
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-197	-2.637	-1.059
6.01.02.07	Outros ativos	2.667	-2.667	-6.181
6.01.02.08	Fornecedores	-3.517	7.859	4.853
6.01.02.09	Partes relacionadas a pagar	-20.974	44.685	10.972

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.10	Obrigações fiscais a recolher	7.150	-6.435	22.016
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	3.539	-746	10.145
6.01.02.12	Outros passivos	14.836	-6.619	3.048
6.01.02.13	Juros pagos	-327	-2.203	-1.359
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.294	0	0
6.01.02.16	Benefício pós-emprego	-2.622	-2.640	-2.926
6.01.02.17	Gastos com reestruturação	0	-805	-1.207
6.01.02.19	Pagamento de contingências	-528	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.130	-5.192	-18.950
6.02.01	Mútuo com empresa ligada a receber	0	0	-2.311
6.02.02	Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	0	0	803
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-5.130	-5.192	-5.987
6.02.06	Aplicações financeiras de curto prazo	0	0	-6.300
6.02.07	Resgates de aplicações financeiras de curto prazo	0	0	9.174
6.02.08	Adições ao investimento/Aporte de Capital	0	0	-14.329
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.627	15.965	56.943
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	29.452	161.067	30.274
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-67.395	-149.795	-1.094
6.03.03	Mútuo com empresa ligada	0	0	27.763
6.03.05	Dividendos	0	-23	0
6.03.06	Aumento de capital social	46.570	4.716	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	274	-2.567	1.516
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.871	6.438	4.922
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.145	3.871	6.438

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	338.967	19.263	0	-319.912	-41.140	-2.822
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	338.967	19.263	0	-319.912	-41.140	-2.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46.570	1.248	-84	-1.248	12.485	58.971
5.04.01	Aumentos de Capital	46.570	0	0	0	0	46.570
5.04.08	Subvenção para investimentos	0	1.248	0	-1.248	0	0
5.04.09	Ganho na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.485	12.485
5.04.10	Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas	0	0	-85	0	0	-85
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	1	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	158.751	0	158.751
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	158.751	0	158.751
5.07	Saldos Finais	385.537	20.511	-84	-162.409	-28.655	214.900

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.716	0	0	0	-7.117	-2.401
5.04.01	Aumentos de Capital	4.716	0	0	0	0	4.716
5.04.09	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	-7.117	-7.117
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.648	0	-12.648
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.648	0	-12.648
5.05.02.06	Prejuízo líquido do período	0	0	0	-12.647	0	-12.647
5.05.02.07	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	338.967	19.263	0	-319.912	-41.140	-2.822

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	334.251	19.286	69.084	-227.087	-25.032	170.502
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	334.251	19.286	69.084	-227.087	-25.032	170.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	84	0	0	84
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	84	0	0	84
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-23	-69.168	-80.177	-8.991	-158.359
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-23	-69.168	-80.177	-8.991	-158.359
5.05.02.06	Absorção do prejuízo do exercício	0	-23	-69.168	69.191	0	0
5.05.02.07	Prejuízo líquido do período	0	0	0	-149.368	0	-149.368
5.05.02.08	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	-8.991	-8.991
5.07	Saldos Finais	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	679.334	557.080	413.507
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	678.974	554.486	415.220
7.01.02	Outras Receitas	172	3.297	823
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	188	-703	-2.536
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-309.643	-411.894	-369.502
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-255.493	-260.091	-211.666
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-124.321	-117.982	-138.284
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	71.636	-30.867	-18.325
7.02.04	Outros	-1.465	-2.954	-1.227
7.03	Valor Adicionado Bruto	369.691	145.186	44.005
7.04	Retenções	-8.520	-5.808	-3.321
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.520	-5.808	-3.321
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	361.171	139.378	40.684
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.486	32.755	-17.159
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.923	16.718	-20.675
7.06.02	Receitas Financeiras	24.170	15.115	3.009
7.06.03	Outros	393	922	507
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	405.657	172.133	23.525
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	405.657	172.133	23.525
7.08.01	Pessoal	78.628	73.798	83.110
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.089	50.804	56.999
7.08.01.02	Benefícios	24.421	18.510	21.462
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.118	4.484	4.649
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	150.473	87.208	60.984
7.08.02.01	Federais	66.804	68.808	31.643
7.08.02.02	Estaduais	81.552	15.849	27.288
7.08.02.03	Municipais	2.117	2.551	2.053
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.805	23.774	28.799
7.08.03.01	Juros	10.846	17.396	22.060

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.02	Aluguéis	6.959	6.378	6.739
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	158.751	-12.647	-149.368
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	158.751	-12.647	-149.368

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	745.268	545.587	569.136
1.01	Ativo Circulante	486.081	232.558	270.001
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.175	9.032	9.181
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	326	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	326	0
1.01.03	Contas a Receber	89.938	56.738	125.247
1.01.03.01	Clientes	89.938	56.738	125.247
1.01.04	Estoques	73.470	104.921	90.566
1.01.06	Tributos a Recuperar	88.986	23.496	14.026
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	88.986	23.496	14.026
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	152.512	38.045	30.981
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	109.339	8.415	7.306
1.01.08.03	Outros	43.173	29.630	23.675
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	0	0	1.764
1.01.08.03.02	Outros	43.173	29.630	21.911
1.02	Ativo Não Circulante	259.187	313.029	299.135
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	58.315	73.656	114.151
1.02.01.04	Contas a Receber	2.270	2.250	1.638
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.270	2.250	1.638
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	40.095
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	40.095
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	16.945
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	0	0	16.945
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	56.045	71.406	55.473
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	34.694	40.834	39.650
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais e Incentivos Fiscais	12.202	19.362	15.823
1.02.01.10.05	Ativo de direito uso	9.149	11.210	0
1.02.02	Investimentos	0	0	57.187
1.02.02.01	Participações Societárias	0	0	57.187

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	0	57.187
1.02.03	Imobilizado	199.730	238.789	126.954
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	194.603	233.932	125.802
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	231.178	347.880	257.472
1.02.03.01.02	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado	-36.575	-113.948	-131.670
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.127	4.857	1.152
1.02.04	Intangível	1.142	584	843
1.02.04.01	Intangíveis	-15.396	-15.954	843
1.02.04.01.02	Software	1.359	3.033	4.188
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	957	956	353
1.02.04.01.06	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Intangível	-17.712	-19.943	-3.698
1.02.04.02	Goodwill	16.538	16.538	0

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	745.268	545.587	569.136
2.01	Passivo Circulante	221.245	228.576	235.898
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.981	15.650	19.872
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.189	4.918	4.057
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.792	10.732	15.815
2.01.02	Fornecedores	60.536	59.719	38.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	50.013	45.994	35.748
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	10.523	13.725	2.744
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.030	19.559	23.227
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.491	15.283	13.826
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	733	89	3.765
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	27.758	15.194	10.061
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.466	4.214	9.342
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	0	4.214	9.342
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	73	62	59
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	49.812	98.824
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	49.812	98.824
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	43.275	60.800
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	6.537	38.024
2.01.05	Outras Obrigações	102.487	76.718	48.623
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	91
2.01.05.02	Outros	102.487	76.718	48.532
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	23
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	98.381	74.623	48.509
2.01.05.02.06	Obrigações de arrendamento	4.106	2.095	0
2.01.06	Provisões	7.211	7.118	6.860
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.211	7.118	0
2.01.06.01.05	Provisão para Benefícios Pós Emprego	7.211	7.118	0
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	6.860

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	0	0	345
2.01.06.02.04	Provisão para Benefícios Pós Emprego	0	0	6.515
2.02	Passivo Não Circulante	309.012	319.789	320.988
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	66.388	63.762	32.101
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	66.388	63.762	32.101
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	66.388	63.762	32.101
2.02.02	Outras Obrigações	56.498	25.930	46.651
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	-41.933	0
2.02.02.02	Outros	56.498	67.863	46.651
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	42.356	48.774	32.541
2.02.02.02.05	Obrigações com pessoal	9.006	9.974	14.110
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	66	0	0
2.02.02.02.07	Obrigações de arrendamento	5.070	9.115	0
2.02.03	Tributos Diferidos	12.702	241	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.702	241	0
2.02.04	Provisões	173.424	229.856	242.236
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	81.613	86.620	114.353
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.509	18.915	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	53.753	58.616	62.477
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.351	9.089	11.317
2.02.04.01.07	Provisões Tributárias	0	0	40.559
2.02.04.02	Outras Provisões	91.811	143.236	127.883
2.02.04.02.04	Provisão para desmobilização de mina	7.125	6.817	21.040
2.02.04.02.05	Provisão para perdas em investimentos	0	41.933	30.053
2.02.04.02.06	Provisões para Benefício Pós Emprego	84.686	94.486	76.790
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	215.011	-2.778	12.250
2.03.01	Capital Social Realizado	385.537	338.967	334.251
2.03.02	Reservas de Capital	20.512	19.263	19.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-174	-174	-174

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.02.07	Subvenção para Investimento	20.686	19.437	19.437
2.03.04	Reservas de Lucros	-85	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	-85	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-162.409	-319.912	-307.264
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-28.655	-41.140	-34.023
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	111	44	23

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	683.423	488.671	536.905
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-456.079	-420.101	-432.786
3.03	Resultado Bruto	227.344	68.570	104.119
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-38.730	-31.169	-210.007
3.04.01	Despesas com Vendas	-60.499	-50.698	-71.903
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-82.320	-69.174	-84.128
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	10.233	-25.051
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	71.411	71.253	15.492
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	32.678	-3.549	-28.788
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	10.766	-15.629
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	188.614	37.401	-105.888
3.06	Resultado Financeiro	5.037	7.038	-27.434
3.06.01	Receitas Financeiras	43.850	42.053	30.573
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.813	-35.015	-58.007
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	193.651	44.439	-133.322
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.918	-57.065	-16.045
3.08.01	Corrente	-22.457	-16.729	-10.615
3.08.02	Diferido	-12.461	-40.336	-5.430
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	158.733	-12.626	-149.367
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	158.733	-12.626	-149.367
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	158.751	-12.647	-149.368
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-18	21	1
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,07230	-0,39750	-4,43000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	158.733	-12.626	-149.367
4.02	Outros Resultados Abrangentes	12.485	-7.117	-8.991
4.02.01	Ganho/ (perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	12.485	-7.117	-8.991
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	171.218	-19.743	-158.358
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	171.236	-19.764	-158.359
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-18	21	1

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	88.431	7.136	4.688
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	154.396	-17.410	-30.683
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	193.651	44.439	-133.322
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	0	-10.766	15.629
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	19.277	18.514	13.625
6.01.01.04	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	-2.784	3.208	-710
6.01.01.05	Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	512	941	3.903
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.316	-27.889	13.072
6.01.01.07	Dação de Imóveis	0	-40.400	0
6.01.01.08	Encargos financeiros, variação monetária e cambial	3.679	13.944	12.634
6.01.01.09	Rendimentos de aplicações financeiras	0	-13	-343
6.01.01.10	Amortização do direito de uso	1.161	1.296	0
6.01.01.12	Baixa de depósitos judiciais	0	-97	17
6.01.01.13	Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-3.078	-2.294	8.178
6.01.01.14	Perda estimada para redução ao valor recuperável dos ativos	-71.629	-2.959	23.390
6.01.01.15	Ganho com a remensuração de investimento	0	-3.297	0
6.01.01.16	Provisão para benefício pós-emprego	9.983	17.131	10.354
6.01.01.17	Provisão para desmobilização da mina	308	-6.111	1.468
6.01.01.18	Provisão para reestruturação	0	498	1.661
6.01.01.19	Deságio dívida - Recuperação Judicial	0	-23.216	0
6.01.01.20	Demais provisões	0	-339	-239
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-65.965	24.546	35.371
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-31.889	76.578	8.062
6.01.02.02	Partes relacionadas a receber	0	18.709	-7.028
6.01.02.03	Estoques	34.529	3.201	257
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-59.583	9.084	-2.882
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-592	-3.442	-1.299
6.01.02.07	Outros ativos	-11.276	-377	-14.057
6.01.02.08	Fornecedores	1.106	11.456	11.408

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.09	Partes relacionadas a pagar	0	-16.051	2
6.01.02.10	Obrigações fiscais a recolher	3.569	-13.976	32.051
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	3.363	-10.906	16.758
6.01.02.12	Outros passivos	23.825	-24.555	8.761
6.01.02.13	Juros pagos	-502	-7.418	-3.569
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-20.739	-2.853	-4.804
6.01.02.16	Benefício pós-emprego	-7.204	-5.949	-4.870
6.01.02.17	Gastos com reestruturação	0	-843	-3.419
6.01.02.19	Pagamento de contingências	-572	0	0
6.01.02.20	Gastos com desmobilização da mina	0	-8.112	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.444	-7.501	-230
6.02.01	Mútuo com empresa ligada a receber	0	0	-2.010
6.02.02	Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	0	0	838
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-11.444	-9.038	-6.910
6.02.06	Aplicações financeiras de curto prazo	0	0	-58.220
6.02.07	Resgates de aplicações financeiras de curto prazo	0	0	80.401
6.02.08	Adições ao investimento	0	0	-14.329
6.02.09	Caixa combinação negócios CSC	0	1.537	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.170	542	-2.234
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	48.556	688.311	141.257
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-99.162	-690.017	-143.491
6.03.05	Aumento de capital	46.570	4.716	0
6.03.07	Dividendos	0	-23	0
6.03.08	Operações com Arrendamento	-1.134	-2.445	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	71.817	177	2.224
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.358	9.181	6.957
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81.175	9.358	9.181

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	338.967	19.263	0	-319.912	-41.140	-2.822	44	-2.778
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	338.967	19.263	0	-319.912	-41.140	-2.822	44	-2.778
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46.570	1.248	-84	-1.248	12.485	58.971	85	59.056
5.04.01	Aumentos de Capital	46.570	0	0	0	0	46.570	0	46.570
5.04.08	Subvenção para investimentos	0	1.248	0	-1.248	0	0	0	0
5.04.09	Ganho na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.485	12.485	0	12.485
5.04.10	Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas	0	0	-85	0	0	-85	85	0
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	1	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	158.751	0	158.751	-18	158.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	158.751	0	158.751	-18	158.733
5.07	Saldos Finais	385.537	20.511	-84	-162.409	-28.655	214.900	111	215.011

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227	23	12.250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227	23	12.250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.716	0	0	0	-7.117	-2.401	0	-2.401
5.04.01	Aumentos de Capital	4.716	0	0	0	0	4.716	0	4.716
5.04.09	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	-7.117	-7.117	0	-7.117
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.648	0	-12.648	21	-12.627
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.648	0	-12.648	21	-12.627
5.05.02.06	Prejuízo líquido do período	0	0	0	-12.647	0	-12.647	21	-12.626
5.05.02.07	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	0	-1	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	338.967	19.263	0	-319.912	-41.140	-2.822	44	-2.778

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	334.251	19.286	69.084	-227.087	-25.032	170.502	8	170.510
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	334.251	19.286	69.084	-227.087	-25.032	170.502	8	170.510
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	84	0	84	14	98
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	84	0	84	0	84
5.04.10	Aumento de participação de acionista não controlador	0	0	0	0	0	0	14	14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-23	-69.084	-80.261	-8.991	-158.359	1	-158.358
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-23	-69.084	-80.261	-8.991	-158.359	1	-158.358
5.05.02.06	Absorção do prejuízo do exercício	0	-23	-69.084	69.107	0	0	0	0
5.05.02.07	Prejuízo líquido do período	0	0	0	-149.368	0	-149.368	0	-149.368
5.05.02.08	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	-8.991	-8.991	1	-8.990
5.07	Saldos Finais	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227	23	12.250

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	865.696	681.842	666.855
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	860.368	638.536	668.515
7.01.02	Outras Receitas	5.840	44.157	2.243
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-512	-851	-3.903
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-401.552	-450.851	-513.649
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-288.757	-305.214	-282.170
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-181.546	-116.699	-204.753
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	70.332	-25.767	-25.051
7.02.04	Outros	-1.581	-3.171	-1.675
7.03	Valor Adicionado Bruto	464.144	230.991	153.206
7.04	Retenções	-19.277	-18.514	-13.625
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.277	-18.514	-13.625
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	444.867	212.477	139.581
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.278	81.476	16.378
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	10.766	-15.629
7.06.02	Receitas Financeiras	43.850	42.053	30.573
7.06.03	Outros	2.428	28.657	1.434
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	491.145	293.953	155.959
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	491.145	293.953	155.959
7.08.01	Pessoal	118.175	127.299	140.850
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.217	78.647	91.162
7.08.01.02	Benefícios	37.695	41.385	42.551
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.263	7.267	7.137
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	165.816	133.882	91.848
7.08.02.01	Federais	86.648	112.457	50.654
7.08.02.02	Estaduais	76.121	16.799	37.324
7.08.02.03	Municipais	3.047	4.626	3.870
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.403	45.419	72.628
7.08.03.01	Juros	38.813	37.086	58.007

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.02	Aluguéis	9.590	8.333	14.621
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	158.751	-12.647	-149.367
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	158.769	-12.626	-149.368
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-18	-21	1

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ETERNIT S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório da Administração de 2020

Prezados Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Eternit, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Estimados acionistas,

A Eternit apresenta-lhes o resultado do ano 2020, quando o mundo se deparou com a Pandemia da COVID-19, que já ceifou mais de 2.5 milhões de vidas, colocou o mundo em *lockdown* e desafiou autoridades públicas e lideranças empresariais a atuar de forma emergencial para que a grave crise que se instalou pudesse ser superada.

Conosco não foi diferente. Em conjunto com a Diretoria, atuamos de forma ágil, buscamos a manutenção dos empregos de todos os colaboradores, valendo-nos das formas de apoio concedidas em caráter emergencial pelo Poder Executivo.

A primeira preocupação da Administração foi com o bem-estar e a segurança dos nossos colaboradores. Paralisamos ou reduzimos as atividades nas unidades produtivas e implantamos o trabalho remoto no escritório da Matriz. Fomos retomando gradualmente as atividades assim que atestávamos ser seguro para as equipes.

Dentre outras medidas emergenciais, foi aplicada uma redução temporária de salário de 25% para todos os colaboradores não envolvidos diretamente na operação industrial, incluindo os membros da Administração.

Em paralelo, tomamos providências para injetar capital na Companhia, o que foi aprovado na reunião do Conselho de Administração de 28/04/20, mesmo dia em que realizamos nossa Assembleia Geral Ordinária. O movimento foi estratégico e resultou na captação de R\$ 46,6 milhões, 99.7% do valor da emissão. Nossos acionistas mais uma vez acreditaram na capacidade de resiliência da Eternit e nos resultados que já apareciam pelo exitoso processo de *turn around* iniciado em abril de 2017.

Ao tempo em que também apoiamos comunidades do entorno das nossas operações, vislumbramos potencial de forte recuperação no segmento da construção civil, especialmente das pequenas reformas, o que acabou gerando uma grande oportunidade para a Companhia que, capitalizada, pôde aproveitar o bom momento e atingir no segundo semestre recordes mensais de produção de telhas de fibrocimento.

A Companhia mantém sua estrutura administrativa enxuta, com uma diretoria composta por 3 membros e, com a proposta de reforma estatutária aprovada na AGE de 2020, o Conselho de Administração foi reduzido de 7 para 5 membros, mantendo sua atuação de forma estratégica através dos comitês de assessoramento ao Conselho. Esse apoio foi fundamental para que a Diretoria pudesse transmitir a necessária segurança aos colaboradores para manter as operações e atender às exigências de um ano especialmente desafiador, particularmente para a Companhia, ainda em processo de recuperação judicial.

Nosso projeto das **telhas fotovoltaicas**, Tégula Solar de concreto e Eternit Solar de fibrocimento, evolui de maneira muito satisfatória, com projetos-piloto já instalados e interesse de parcerias com empresas de porte nacional que desejam ser mais sustentáveis. Uma vez lançada no mercado, ampliaremos nossos negócios focados no *core business*, consolidando uma Companhia preparada para a retomada de um ciclo virtuoso de crescimento.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A Eternit pôde contar com o apoio e a união dos seus colaboradores, administradores, fornecedores, clientes e dos seus acionistas. A Companhia se prepara agora para concluir o processo de recuperação judicial, podendo assim voltar a remunerar os acionistas através da destinação de parte dos seus lucros, cumprindo um dos pilares da sua função social.

Em nome do Conselho de Administração da Eternit, quero agradecer a confiança em nós depositada.

Grande abraço

Marcelo Gasparino da Silva

Presidente do Conselho de Administração

2. Mensagem da Administração

O ano de 2020 foi marcado pelos impactos da pandemia da COVID-19 e seus efeitos na atividade econômica global. Diante deste cenário, a Companhia implementou ações que privilegiaram o fortalecimento de sua posição de caixa e liquidez, assim como a preservação dos postos de trabalho.

Os meses de março e abril foram críticos, com recuo generalizado nas vendas, culminando com a paralisação em abril das atividades da controlada CSC, com atuação no mercado de louças sanitárias, cujos resultados negativos persistentes se agravaram com a pandemia.

Mesmo com toda adversidade e incertezas no ambiente macroeconômico, o setor da construção civil foi favorecido pela queda da taxa básica de juros, pelo auxílio emergencial do Governo Federal e pela manutenção das lojas de materiais de construção abertas durante o período de isolamento social em grande parte dos municípios brasileiros.

O bom momento do mercado registrado a partir de junho pode ser capturado pela Companhia em decorrência da recuperação da performance operacional das fábricas de telhas de fibrocimento, a partir de 2019, após a consolidação da mudança tecnológica com a completa substituição do crisotila por fibras sintéticas de polipropileno, produzidas na unidade de Manaus.

O ano também foi caracterizado pela conclusão do processo de reestruturação da Companhia, que concentrou seu portfólio no segmento de coberturas, em especial telhas de fibrocimento, com produção integrada de fibra de polipropileno. Em consequência desse novo desenho, foram alienadas as unidades de louças sanitárias e rotomoldagem, além de ativos não operacionais.

Em abril, foi realizada a captação de R\$ 46,6 milhões através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada, visando a realização de projetos considerados estratégicos para a Companhia: (i) implantação de unidade de demonstração para produção de telhas fotovoltaicas, na Tégula em Atibaia, para comprovação de sua tecnologia pioneira; e (ii) programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, contemplando a produção de telhas, moldados, sistemas construtivos e fibras de polipropileno, com foco no ganho de eficiência, qualidade de produto, aumento de capacidade e redução de custos.

Com relação ao desenvolvimento de telhas fotovoltaicas, a Companhia obteve o registro do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) para a telha de concreto BIG-F10 e, no mês de dezembro, foram instalados os primeiros projetos-piloto com o produto visando a comprovação de desempenho e durabilidade em aplicações reais.

Com o advento da lei do Estado de Goiás nº 20.514, que autoriza para fins exclusivos de exportação a extração e o beneficiamento de amianto da variedade crisotila, a mineradora SAMA retornou parcialmente com suas atividades ao longo do ano, culminando com a retomada da atividade de remoção de estéril para liberação de minério em novembro.

No âmbito da Recuperação Judicial, a Companhia vem cumprindo com os compromissos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Nesse sentido, foram alienados parte dos ativos listados no PRJ, com destaque para venda da UPI Louças Sanitárias, contendo os ativos da controlada CSC, pelo valor de R\$ 102 milhões, sendo o recurso obtido destinado ao pagamento dos credores concursais da Classe III.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Como resultado das diversas ações empreendidas, a Companhia alcançou no exercício de 2020 um lucro líquido de R\$ 158,7 milhões, revertendo um quadro de prejuízos anuais vigente a partir de 2016.

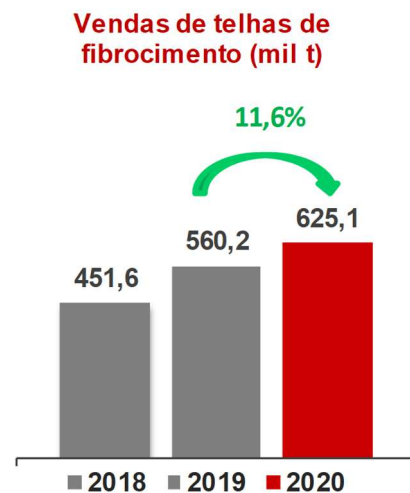
3. Desempenho Operacional e Financeiro

Volume de Vendas

ETERNIT – Fibrocimento

Telhas

Apesar da queda nos meses de março e abril decorrente do início da pandemia, o volume de vendas de telhas de fibrocimento cresceu 11,6% em 2020, fruto da forte demanda de materiais de construção no segundo semestre.



Sistemas construtivos

As vendas de placas e painéis cimentícios foram impactadas pela pandemia, que afetou de forma mais aguda o mercado de construções comerciais, apresentando uma queda de 4,1% em comparação a 2019.



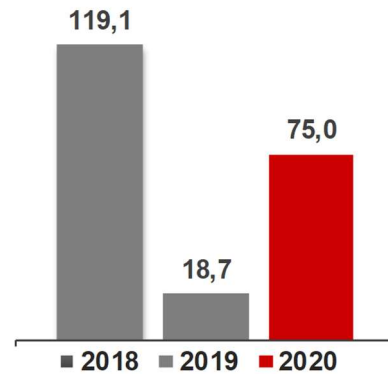
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SAMA – Crisotila

A operação da mineradora SAMA, paralisada em fevereiro de 2019, foi retomada ao longo de 2020, amparada na vigência da Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

No ano, foram exportadas 75 mil toneladas de fibra crisotila, destino da totalidade da produção.

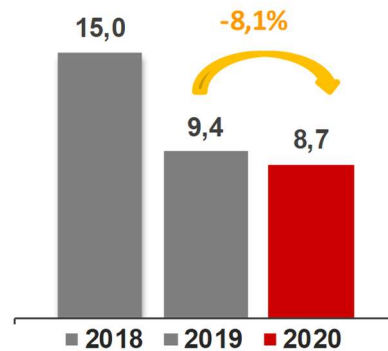
Vendas de mineral crisotila (t)



TÉGULA – Telhas de Concreto

O volume vendido de telhas de concreto foi 8,1% inferior às vendas do ano anterior, reflexo do baixo desempenho deste segmento notadamente no primeiro semestre do ano.

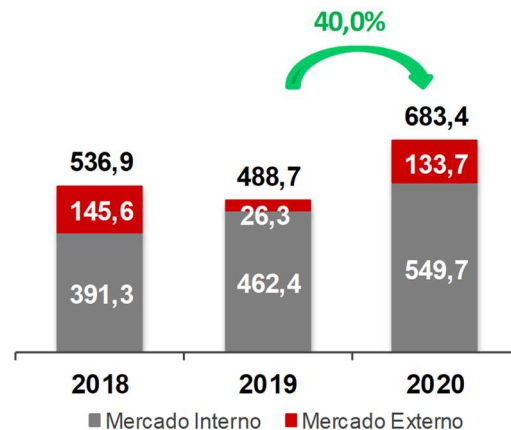
Vendas de telhas de concreto (milhões de peças)



Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 683,4 milhões em 2020, crescimento de 40% frente a 2019, reflexo das vendas de telhas de fibrocimento (11,6%) e das exportações de crisotila.

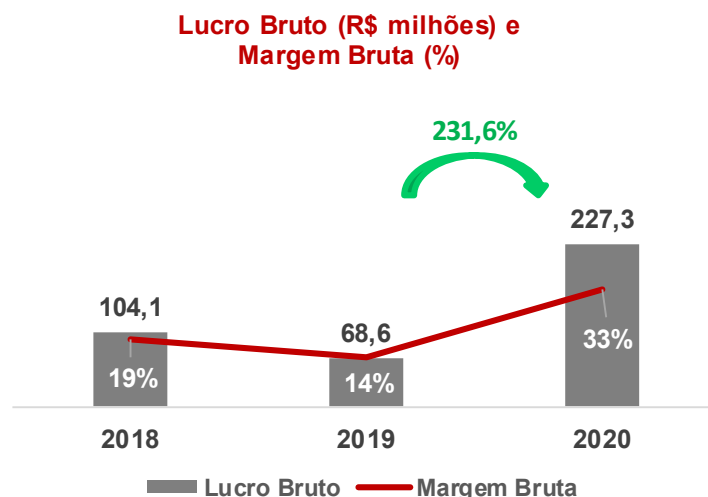
Receita Líquida Consolidada (R\$ milhões)



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Lucro Bruto

Em 2020, o lucro bruto totalizou R\$ 227,3 milhões, um crescimento de 232%, e a margem bruta no período foi de 33%, 19 p.p. acima da registrada em 2019.



Despesas Operacionais

As “Despesas com vendas” registraram, em 2020, um aumento de R\$ 9,8 milhões frente 2019, decorrentes do crescimento das vendas (comissões: R\$ 3 milhões) e da retomada das exportações da SAMA (despesas de vendas variáveis: R\$ 7 milhões).

As “Despesas gerais e administrativas” apresentaram um crescimento de R\$ 13,1 milhões no ano em relação a 2019, consequência, principalmente, de despesas decorrentes da reestruturação de portfólio da Companhia: (i) combinação de negócio da CSC (R\$ 3,1 milhões); (ii) comissão de intermediação na alienação da CSC (R\$ 4,3 milhões); e (iii) gastos com desmobilização da Precon visando alienação do terreno (R\$ 2,6 milhões).

Em 2020, a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” contabilizou os efeitos não recorrentes da reversão de provisão de impairment do fibrocimento (R\$ 68,4 milhões) e da receita referente ao crédito tributário sobre a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (R\$ 52,5 milhões).

Em R\$ mil	2018	2019	2020	Var. 20/19 %
Despesas com vendas	(71.903)	(50.698)	(60.499)	19,3
Despesas gerais e administrativas*	(84.128)	(69.174)	(82.320)	19,0
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**	(13.296)	77.937	104.089	33,6
Total das despesas operacionais	(169.327)	(41.935)	(38.730)	(7,6)

* Contempla a rubrica de Remuneração da Administração.

** Neste quadro está contemplando a rubricas “Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação”

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido registrou uma receita de R\$ 5,0 milhões, frente à receita de R\$ 7,0 milhões no ano de 2019.

As “Despesas Financeiras” apresentaram uma redução de 38% em relação ao ano anterior, cerca de R\$ 4,0 milhões, consequência da queda dos juros da dívida concursal, indexada ao CDI, e dos juros de financiamento de capital de giro, culminando com a não captação de recursos no 4T20.

No ano, foi contabilizado na rubrica “Outras” a receita referente à correção monetária do crédito tributário sobre a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, no montante de R\$ 24 milhões. Por outro lado, foram registradas as despesas referentes ao parcelamento de imposto de renda e juros sobre dilação de prazo de fornecedores em função da pandemia, no total de R\$ 10 milhões.

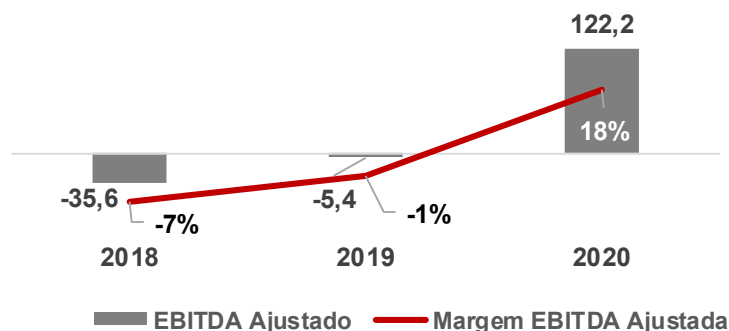
Em R\$ mil	2018	2019	2020	Var. 20/19 %
Receitas financeiras	459	26	528	1.972,2
Aplicação Financeira	459	26	528	1.972,2
Despesas Financeiras	(5.676)	(10.501)	(6.513)	(38,0)
Juros da Dívida Concursal	-	(5.731)	(4.431)	(22,7)
Juros de Financiamento	(5.676)	(4.770)	(2.082)	(56,4)
Outras	(24.203)	18.245	11.825	(35,2)
Líquido de variações cambiais	1.986	(731)	(804)	10,0
Resultado financeiro líquido	(27.434)	7.038	5.037	(28,4)

EBITDA

O EBITDA Ajustado, excluídos itens não recorrentes, totalizou R\$ 122,2 milhões em 2020, frente ao resultado negativo de R\$ 5,4 milhões em 2019, fruto do bom desempenho operacional do fibrocimento e da retomada das exportações na Sama.

O EBITDA totalizou R\$ 209,1 milhões no ano, fruto da contabilização dos vários eventos não recorrentes no montante de R\$ 86,8 milhões.

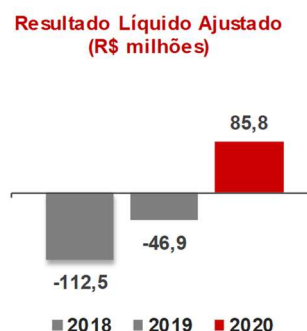
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) e Margem EBITDA ajustada (%)



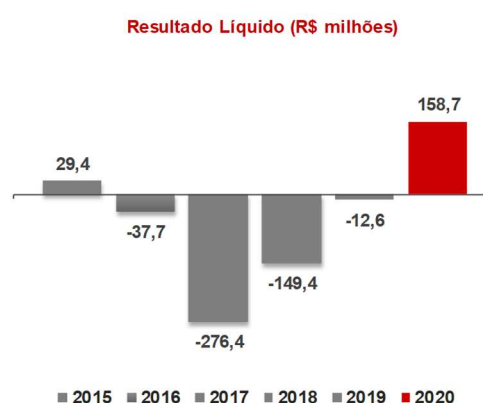
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em 2020, a Companhia registrou um Lucro Líquido Ajustado de R\$ 85,8 milhões, excluídos os eventos não recorrentes e líquido de IR/CSLL, frente ao prejuízo de R\$ 46,9 milhões de 2019, reflexo do bom desempenho operacional do fibrocimento e da retomada das exportações na Sama.



O Lucro Líquido totalizou R\$ 158,7 milhões no ano, contemplando eventos não recorrentes, revertendo um quadro de prejuízo vigente desde o ano de 2016.



Endividamento bancário

A Eternit encerrou o ano com uma dívida bancária bruta de R\$ 66,4 milhões, 100% em moeda nacional, contemplando a parcela da dívida concursal das Classes II e III junto às instituições bancárias. Merece destaque a quitação ao longo do último trimestre da dívida bancária de curto prazo relacionada a operações de *trading finance* (desconto de duplicatas, ACE etc.).

A disponibilidade de caixa no encerramento do exercício alcançou R\$ 81,2 milhões, fruto da geração operacional de caixa e do aumento de capital realizado em junho para investimento nos projetos estratégicos (telhas fotovoltaicas e modernização de fibrocimento).

Como consequência, a Companhia encerrou 2020 com um caixa líquido de 14,8 milhões, revertendo a posição de dívida líquida de R\$ 104,2 milhões no encerramento de 2019.

Endividamento - R\$ mil	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Var. 20/19 %
Dívida bruta - curto prazo	98.824	49.812	-	-100,0%
Dívida bruta - longo prazo	32.101	63.762	66.388	4,1%
Total da dívida bruta	130.925	113.574	66.388	-41,5%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	9.181	9.358	81.175	767,4%
Caixa e aplicações financeiras	9.181	9.358	81.175	767,4%
Dívida líquida	121.744	104.216	(14.787)	-

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Dívida concursal

A dívida concursal é constituída de créditos trabalhistas (Classe I), crédito bancário com garantia real (Classe II), créditos quirografários (Classe III), contemplando créditos bancários e fornecedores, e créditos com microempresas e empresas de pequeno porte (Classe IV), sendo contabilizada em diversas linhas do Balanço Patrimonial.

No cumprimento do PRJ, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 52,3 milhões, sendo R\$ 40,4 milhões na forma de dação de imóveis, e foram aplicados os descontos previstos (*hair cut*), no montante de R\$ 58,3 milhões e de US\$ 763 mil, de acordo com a opção exercida pelos credores da Classe III.

Sendo assim, a dívida concursal em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 141 milhões e US\$ 1,4 (R\$ 5,20: 1 USD) milhão, equivalentes a cerca de R\$ 148,3 milhões.

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Descontos Obtidos	Juros/Encargos da dívida	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Pagamentos realizados	Dação	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas - R\$ mil	6.466	-	-	862	(6.647)	-	681
Classe II - Credores com Garantia Real - R\$ mil	36.225	-	4.045	-	-	-	40.270
Classe III - Credores Quirografários							
Opção A – R\$ mil	107.672	(17.314)	2.812	(1.327)	(1.830)	(40.400)	49.613
Opção A – US\$ mil	953	-	1	(487)	-	-	467
Opção B – R\$ mil	87.208	(40.964)	2.970	6	(3)	-	49.217
Opção B – US\$ mil	1.696	(763)	4	-	-	-	937
Classe IV - Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - R\$ mil	4.612	-	38	-	(3.446)	-	1.204
Total em R\$ mil	242.183	(58.278)	9.865	(459)	(11.926)	(40.400)	140.985
Total em US\$ mil	2.649	(763)	5	(487)	-	-	1.404

CAPEX

O CAPEX da Eternit em 2020 totalizou R\$ 11,4 milhões, com recursos destinados ao programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, ao projeto de telhas fotovoltaicas e a investimentos em continuidade operacional.

Acompanhamento dos Projetos

A Companhia, em 2020, realizou um aumento de capital no montante de R\$ 46,6 milhões, mediante emissão de ações para subscrição privada, cujos recursos serão destinados aos projetos de investimento da telha fotovoltaica e do programa de modernização das unidades de fibrocimento, incluindo a fábrica de Manaus.

Acompanhamento de Desembolso dos Projetos - 2020

R\$ mil	Investimento Total	Realizado
Projeto de Telhas Fotovoltaicas	5.800	4.664
Programa de Modernização do Fibrocimento	40.770	1.161
Total	46.570	5.825

- (i) Telha Fotovoltaica – A Eternit vem cumprindo as etapas do projeto de comprovação da tecnologia. Em 2020, implantou a unidade de demonstração em Atibaia e, ao final do ano, realizou a instalação dos primeiros projetos-piloto das telhas fotovoltaicas de concreto BIG-F10, visando a verificação de desempenho e durabilidade do produto em aplicações reais. O início da comercialização do produto está previsto para o segundo semestre de 2021.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

(ii) Fibrocimento – A Companhia deu prosseguimento ao programa de modernização das unidades de fibrocimento, através dos seguintes projetos de ampliação:

- A unidade de Goiânia terá sua capacidade elevada para 25 mil toneladas/mês, representando um aumento de 25% na produção atual, com previsão de conclusão no início de 2022;
- A unidade do Rio de Janeiro terá sua capacidade elevada para 15 mil toneladas/mês, representando um aumento de 15% na produção atual, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2021.

Recuperação Judicial

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Eternit e tem por objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos, com modernidade, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios.

Conforme estabelecido no PRJ, serão alienados ativos para antecipação de pagamento dos credores (eventos de liquidez), conforme apresentado no quadro abaixo.

Eventos de Liquidez

Classe	Opção	Ativos para Alienação	Valor Mínimo (R\$ milhões)	Dívida Concursal* (R\$ milhões)
Classe III	A		97,4	52,0
		(i) Imóvel Aparecida de Goiânia	30,6	
		(ii) Terreno Goiânia	66,8	
Classe III	B	(iii) Ativos da CSC	54,2	54,1
Total			151,6	106,1

(*) Em 31/12/2020

Em 18/11, a UPI Louças Sanitárias (CSC) foi alienada pelo valor de R\$ 102 milhões. A Companhia aguarda a liberação dos recursos depositados em Juízo, que serão destinados ao pagamento dos credores concursais da Classe III na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial da Companhia. Convém ressaltar que o PRJ prevê o mecanismo de “*waterfall*” entre as opções A e B da Classe III, ou seja, caso o resultado líquido dos eventos de liquidez de determinada opção venha a exceder o montante dos seus créditos, esse excedente será destinado ao pagamento dos créditos da outra opção.

Em 24/11, foram concluídos, de forma antecipada, os pagamentos referentes à totalidade dos credores concursais aptos da Classe IV, totalizando cerca de R\$ 3,4 milhões.

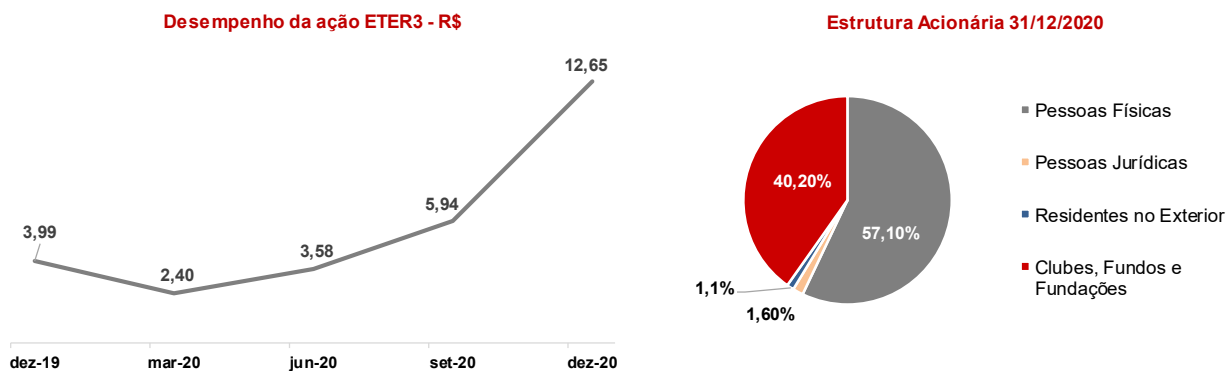
4. Mercado de Capitais e Estrutura Acionária

A Eternit possui registro em bolsa desde 1948 e, a partir de 2006, tem suas ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da B3, sob o código ETER3.

Em 30/12/2020, a ação da Eternit estava cotada em R\$ 12,65/ação, apresentando uma valorização de 217% em relação a 30/12/2019.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia ao final do exercício contemplava mais de 24.000 acionistas, apresentando uma alta participação de pessoas físicas. No encerramento do exercício, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando aproximadamente 43% do capital social.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



5. Capital Humano

Ao final do ano de 2020, a Companhia contava com 1.393 colaboradores diretos, incluindo estagiários e aprendizes, praticamente o mesmo head count de 2019. Importante destacar que, mesmo com um cenário adverso devido à pandemia da COVID-19, a Companhia estruturou um plano emergencial para suas operações, visando a preservação dos postos de trabalho e a segurança e saúde dos colaboradores, sustentado nas Medidas Provisórias publicadas em decorrência da crise sanitária.

A Companhia mantém sua plena atividade, operando normalmente suas unidades industriais, com retorno presencial dos colaboradores das áreas de apoio e manutenção dos colaboradores integrantes de grupos de risco em trabalho remoto (“home office”).

6. Eventos Subsequentes

Homologação da arrematação da UPI Louças Sanitárias (CSC)

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 28/01/2021, foi homologada a arrematação da UPI Louças Sanitárias (CSC) pelo valor de R\$ 102 milhões. A Companhia aguarda a liberação dos recursos depositados em Juízo.

7. Auditores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes do Brasil (“BDO”) foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras de 31/12/2020, assim como das informações trimestrais de 30/09/2020 e 30/06/2020. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) foi responsável pelas informações trimestrais de 31/03/2020.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/03 e à Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria dos Auditores Independentes da Eternit, a Companhia informa que durante o exercício de 2020 não foram contratados outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações financeiras.

8. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

9. Informações Adicionais

Para informações adicionais sobre a Companhia acesse o site de Relações com Investidores www.eternit.com.br/ri.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2020.

Notas Explicativas

BAHIA DE ATOS S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.145	3.871	81.175	9.358	Fornecedores	14	31.434	34.951	60.536	59.719
Contas a receber	4	51.872	42.374	89.938	56.738	Empréstimos e financiamentos	15	-	37.689	-	49.812
Estoques	5	52.136	77.049	73.470	104.921	Partes relacionadas	9	71.753	85.951	-	-
Tributos a recuperar	6	53.212	2.328	88.986	23.496	Obrigações com pessoal	16	15.746	11.773	19.981	15.650
Partes relacionadas	9	68.920	3.136	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	21.235	11.716	31.029	19.559
Adiantamento a fornecedores		2.494	7.822	30.266	21.680	Provisão para benefício pós-emprego	18	2.582	2.622	7.211	7.118
Outros ativos circulantes		5.284	2.640	12.907	7.950	Obrigações de arrendamento	13	-	-	4.106	2.095
		238.063	139.220	376.742	224.143	Outros passivos circulantes	19	36.909	22.139	98.382	74.623
						Total do passivo circulante		179.659	206.841	221.245	228.576
Ativos mantidos para a venda	10	796	796	109.339	8.415						
Total do ativo circulante		238.859	140.016	486.081	232.558						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		8.848	10.412	12.202	19.362	Empréstimos e financiamentos	15	9.327	9.327	66.388	63.762
Tributos a recuperar	6	25.086	25.128	34.694	40.834	Partes relacionadas	9	44.178	49.089	-	-
Partes relacionadas	9	3.447	26.093	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	15.938	17.712	42.356	48.774
Outros ativos não circulantes		814	794	2.270	2.250	Obrigações com pessoal	16	7.230	7.664	9.006	9.974
Investimentos	8	192.425	139.481	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	62.495	61.385	81.613	86.620
Ativo de direito uso	13	-	-	9.149	11.210	Provisão para benefício pós-emprego	18	32.378	37.725	84.686	94.486
Imobilizado	11	110.951	44.861	199.730	238.789	Provisão para desmobilização da mina	21	-	-	7.125	6.817
Intangível	12	1.107	136	1.142	584	Obrigações de arrendamento	13	-	-	5.070	9.115
Total do ativo não circulante		342.678	246.905	259.187	313.029	Provisão para perdas em investimentos	8	3.249	-	-	-
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	12.117	-	12.702	241
						Outros passivos não circulantes	19	66	-	66	-
						Total do passivo não circulante		186.978	182.902	309.012	319.789
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	22.a	385.537	338.967	385.537	338.967
						Reservas de lucro		20.601	19.437	20.601	19.437
						Ações em tesouraria	22.b	(174)	(174)	(174)	(174)
						Prejuízos acumulados		(162.409)	(319.912)	(162.409)	(319.912)
						Outros resultados abrangentes		(28.655)	(41.140)	(28.655)	(41.140)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		214.900	(2.822)	214.900	(2.822)
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	111	44
						Total do patrimônio líquido		214.900	(2.822)	215.011	(2.778)
TOTAL DOS ATIVOS		581.537	386.921	745.268	545.587	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		581.537	386.921	745.268	545.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	24	513.874	417.072	683.423	488.671
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	(385.450)	(362.407)	(456.079)	(420.101)
LUCRO BRUTO		<u>128.424</u>	<u>54.665</u>	<u>227.344</u>	<u>68.570</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(37.443)	(35.631)	(60.499)	(50.698)
Gerais e administrativas	25	(39.050)	(35.652)	(75.695)	(60.260)
Remuneração da administração	25	(6.625)	(8.914)	(6.625)	(8.914)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	26	101.254	2.596	104.089	67.704
Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação	11, 12	-	21.320	-	10.233
Resultado da equivalência patrimonial	8	<u>19.923</u>	<u>16.718</u>	<u>-</u>	<u>10.766</u>
Total das despesas operacionais		<u>38.059</u>	<u>(39.563)</u>	<u>(38.730)</u>	<u>(31.169)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>166.483</u>	<u>15.102</u>	<u>188.614</u>	<u>37.401</u>
Resultado Financeiro	27	13.324	(2.281)	5.037	7.038
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>179.807</u>	<u>12.821</u>	<u>193.651</u>	<u>44.439</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	23.a	(8.939)	-	(22.457)	(16.729)
Diferidos	23.a	(12.117)	(25.468)	(12.461)	(40.336)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>158.751</u>	<u>(12.647)</u>	<u>158.733</u>	<u>(12.626)</u>
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				158.751	(12.647)
Acionistas não controladores				(18)	21
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				<u>158.733</u>	<u>(12.626)</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$				<u>3,0723</u>	<u>(0,3975)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	158.751	(12.647)	158.733	(12.626)
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	6.745	3.320	12.485	(7.117)
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	5.740	(10.437)	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	12.485	(7.117)	12.485	(7.117)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	171.236	(19.764)	171.218	(19.743)
ATRIBUÍVEL A:				
Acionistas controladores			171.236	(19.764)
Acionistas não controladores			(18)	21
			171.218	(19.743)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Subvenção para investimentos	Retenção de Lucros	Prejuízos acumulados				
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2018		334.251	-	(174)	19.437	-	(307.264)	(34.023)	12.227	23	12.250
Aumento de capital com participação de acionistas		4.716	-	-	-	-	-	-	4.716	-	4.716
Prejuízo do exercício	22.c	-	-	-	-	-	(12.647)	-	(12.647)	21	(12.626)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	(7.117)	(7.117)	-	(7.117)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>338.967</u>	<u>-</u>	<u>(174)</u>	<u>19.437</u>	<u>-</u>	<u>(319.912)</u>	<u>(41.140)</u>	<u>(2.822)</u>	<u>44</u>	<u>(2.778)</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	46.570	-	-	-	-	-	46.570	-	46.570
Aumento de capital	22.a	46.570	(46.570)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	22.c	-	-	-	-	-	158.751	-	158.751	(18)	158.733
Dividendos prescritos		-	-	-	-	1	-	-	1	-	1
Subvenção para investimentos		-	-	-	1.248	-	(1.248)	-	-	-	-
Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas		-	-	-	-	(85)	-	-	(85)	85	-
Ganho na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	12.485	12.485	-	12.485
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>385.537</u>	<u>-</u>	<u>(174)</u>	<u>20.685</u>	<u>(84)</u>	<u>(162.409)</u>	<u>(28.655)</u>	<u>214.900</u>	<u>111</u>	<u>215.011</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		179.807	12.821	193.651	44.439
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(19.923)	(16.718)	-	(10.766)
Depreciação e amortização	25	8.520	5.808	19.277	18.514
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		(684)	-	(2.784)	3.208
Baixa de depósitos judiciais		-	(117)	-	(97)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	4	(188)	609	512	941
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	(1.199)	(2.558)	(3.078)	(2.294)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	26	(71.636)	(21.586)	(71.629)	(2.959)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	3.399	(4.882)	3.316	(27.889)
Provisão para benefícios pós-emprego	18	3.980	3.651	9.983	17.131
Provisão para desmobilização da mina	21	-	-	308	(6.111)
Provisão para reestruturação		-	498	-	498
Provisão para garantia		-	(266)	-	(339)
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		2.539	10.683	3.679	13.944
Rendimento de aplicações financeiras		-	(5)	-	(13)
Dação de imóveis		-	(16.282)	-	(40.400)
Deságio dívida - recuperação judicial		-	(12.880)	-	(23.216)
Ganho com a remensuração de investimento		-	(3.297)	-	(3.297)
Amortização do direito de uso	13	-	-	1.161	1.296
		104.615	(44.521)	154.396	(17.410)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(7.442)	3.531	(31.889)	76.578
Partes relacionadas a receber		(67.397)	5.741	-	18.709
Estoques	5	26.112	(7.062)	34.529	3.201
Tributos a recuperar		(50.844)	1.179	(59.583)	9.084
Depósitos judiciais		(197)	(2.637)	(592)	(3.442)
Outros ativos		2.667	(2.667)	(11.276)	(377)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(3.517)	7.859	1.106	11.456
Partes relacionadas a pagar		(20.974)	44.685	-	(16.051)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		7.150	(6.435)	3.569	(13.976)
Obrigações com pessoal	16	3.539	(746)	3.363	(10.906)
Benefício pós-emprego		(2.622)	(2.640)	(7.204)	(5.949)
Gastos com reestruturação		-	(805)	-	(843)
Gastos com desmobilização da mina		-	-	-	(8.112)
Pagamento de contingências		(528)	-	(572)	-
Outros passivos		14.836	(6.619)	23.825	(24.555)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		5.398	(11.137)	109.672	17.407
Juros pagos		(327)	(2.203)	(502)	(7.418)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.294)	-	(20.739)	(2.853)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.223)	(13.340)	88.431	7.136
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Combinação negócios CSC		-	-	-	1.537
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(5.130)	(5.192)	(11.444)	(9.038)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.130)	(5.192)	(11.444)	(7.501)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	29.452	161.067	48.556	688.311
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(67.395)	(149.795)	(99.162)	(690.017)
Dividendos		-	(23)	-	(23)
Aumento do Capital Social		46.570	4.716	46.570	4.716
Operações com arrendamento		-	-	(1.134)	(2.445)
Caixa líquido gerado/(aplicado nas) pelas atividades de financiamento		8.627	15.965	(5.170)	542
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		274	(2.567)	71.817	177
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	3	3.871	6.438	9.358	9.181
No fim do exercício	3	4.145	3.871	81.175	9.358
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		274	(2.567)	71.817	177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24	678.974	554.486	860.368	638.536
Outras receitas		172	3.297	5.840	44.157
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	25	188	(703)	(512)	(851)
		<u>679.334</u>	<u>557.080</u>	<u>865.696</u>	<u>681.842</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(255.493)	(260.091)	(288.757)	(305.214)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(124.321)	(117.982)	(181.546)	(116.699)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação		71.636	(30.867)	70.332	(25.767)
Outros descontos, abatimentos e doações		(1.465)	(2.954)	(1.581)	(3.171)
		<u>(309.643)</u>	<u>(411.894)</u>	<u>(401.552)</u>	<u>(450.851)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO					
		369.691	145.186	464.144	230.991
Depreciação, amortização e exaustão	25	(8.520)	(5.808)	(19.277)	(18.514)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>361.171</u>	<u>139.378</u>	<u>444.867</u>	<u>212.477</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	8	19.923	16.718	-	10.766
Receitas financeiras		24.170	15.115	43.850	42.053
Outras		393	922	2.428	28.657
		<u>44.486</u>	<u>32.755</u>	<u>46.278</u>	<u>81.476</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		<u>405.657</u>	<u>172.133</u>	<u>491.145</u>	<u>293.953</u>
Pessoal:					
Remuneração direta		50.089	50.804	75.217	78.647
Benefícios		24.421	18.510	37.695	41.385
FGTS		4.118	4.484	5.263	7.267
		<u>78.628</u>	<u>73.798</u>	<u>118.175</u>	<u>127.299</u>
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		66.804	68.808	86.648	112.457
Estaduais		81.552	15.849	76.121	16.799
Municipais		2.117	2.551	3.047	4.626
		<u>150.473</u>	<u>87.208</u>	<u>165.816</u>	<u>133.882</u>
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		10.846	17.396	38.813	37.086
Aluguéis		6.959	6.378	9.590	8.333
		<u>17.805</u>	<u>23.774</u>	<u>48.403</u>	<u>45.419</u>
Remuneração de capitais próprios:					
Prejuízos acumulados	22.c	158.751	(12.647)	158.769	(12.626)
Participação dos não controladores nos (prejuízos acumulados) lucros retidos		-	-	(18)	(21)
		<u>158.751</u>	<u>(12.647)</u>	<u>158.751</u>	<u>(12.647)</u>
		<u>405.657</u>	<u>172.133</u>	<u>491.145</u>	<u>293.953</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Eternit S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”) é uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis brasileiras. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) no segmento Novo Mercado sob o ticker ETER3.

A Companhia e suas controladas (denominadas “Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações.

A sede da Companhia está localizada na Rua Dr. Fernandes Coelho, nº 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil.

As informações contábeis consolidadas do Grupo abrangem informações da Eternit S.A. e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2020, sendo:

Controladas	Participação	Controle	Localização Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações Associadas	100%	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda	100%	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda (a)	100%	Direto	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda	100%	Direto	São Paulo/SP	Participação empresas industriais e comerciais.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda	100%	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno para materiais de construção.
Atena Consultoria e Participações Ltda	100%	Indireto	São Paulo/SP	Gestão de patrimônio e administração de investimentos do grupo.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda	100%	Indireto	São Paulo/SP	Gestão de patrimônio e administração de investimentos do grupo.
Engedis Distribuição Ltda	100%	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A “CSC” (b)	100%	Direto	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.
Tégula Solar Fabricação e Comercialização de Materiais de Construção Ltda	100%	Indireto	Atibaia/SP	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios.

a) Operação paralisada desde 31 de maio de 2019.

b) Operação está paralisada desde 22 de abril de 2020.

Os principais produtos industrializados e ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 28.

1.1 Recuperação judicial

A Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas, pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

O pedido foi aprovado pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2018 e deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 3 de maio de 2018.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") em 25 de abril de 2019, o qual foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 29 de maio de 2019.

O referido plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, tendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se inicia os prazos para cumprimento do respectivo plano.

Para superação da crise econômico-financeira do Grupo, utiliza-se os seguintes meios para recuperação judicial: (i) Assessoria empresarial e ajustes operacionais; (ii) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento dos Credores Concursais; (iii) Alienação de Ativos; (iv) Dação de Ativos; (v) Novação; (vi) Aumento de Capital da Controladora; (vii) Emissão de Debêntures pela Controladora; e (viii) Eventual obtenção de Financiamentos em condições especiais.

O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2020. Foram realizados pagamentos no montante de R\$52.326, destes R\$40.400 na forma de dação de imóveis da controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. De acordo com a opção exercida pelos credores, foram aplicados os descontos previstos no Programa de Recuperação Judicial no montante de R\$58.278 e de US\$763.

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Descontos Obtidos	Juros/ Encargos	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Pagtos. Realizados	Dação	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas	6.466	-	-	862	(6.647)	-	681
Classe II - Credores com Garantia Real	36.225	-	4.045	-	-	-	40.270
Classe III - Credores Quirografários:							
Opção A - R\$	107.672	(17.314)	2.812	(1.327)	(1.830)	(40.400)	49.613
Opção A - US\$	953	-	1	(487)	-	-	467
Opção B - R\$	87.208	(40.964)	2.970	6	(3)	-	49.217
Opção B - US\$	1.696	(763)	4	-	-	-	937
Classe IV - Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	4.612	-	38	-	(3.446)	-	1.204
Total - R\$	242.183	(58.278)	9.865	(459)	(11.926)	(40.400)	140.985
Total - US\$	2.649	(763)	5	(487)	-	-	1.404

O total em moeda estrangeira de US\$1.404 de credores quirografários da Classe III, corresponde em 31 de dezembro de 2020, R\$7.296, convertido a taxa de R\$ 5,20.

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos foram divididos em três formas:

- Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- Demais valores até o limite de R\$250 serão pagos integralmente até o prazo de 12 meses.
- Saldo excedente a R\$250 será quitado com novas ações emitidas pela Companhia, ou no caso de exercício do direito de preferência pelos acionistas, com os recursos obtidos com o aumento de capital.

Após a homologação do plano, alguns credores trabalhistas interpuseram agravo de instrumento contra a decisão de homologação, em razão da forma de pagamento prevista aos credores trabalhistas (pagamento linear até o montante de R\$250 e o saldo remanescente, após o pagamento linear, por meio de emissão de ações decorrente de aumento de capital da Eternit S/A).

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em função da decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o Grupo opôs embargos de declaração a fim de questionar tal decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Enunciado XIII do próprio TJSP

Os embargos foram julgados e rejeitados pelo TJSP, levando a Companhia a ingressar com recurso especial no STJ. Paralelamente, foi autorizado pelo juiz o pagamento dos credores trabalhistas com os recursos obtidos no aumento de capital destinado ao pagamento da Classe I, então depositados em juízo.

A Classe II contempla apenas um credor com garantia real, cujo o pagamento terá carência de 12 meses a contar da data de homologação do plano e incidindo juros de 8,24% a.a., com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento. Os pagamentos serão realizados em 126 parcelas mensais.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que receberam o pagamento inicial de R\$3 limitado ao valor do crédito, em até 180 dias a contar da data de homologação. O pagamento do saldo restante considera duas opções de recebimento a critério do credor:

- a)** Opção A: Limitado a R\$50.000 por credor, com a possibilidade de recebimento por meio de dação de imóvel em processo competitivo, com consequente quitação do seu crédito, integral ou parcial, incorrendo em deságio de 30% sobre o montante ofertado (imóvel utilizado em dação). Os saldos remanescentes após a dação terão seus créditos quitados através da Tranche A e Parcela A. A Tranche A, correspondendo a 15% do saldo, será remunerada com taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, vencendo a primeira em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela A, representando 85% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data homologação, podendo ter a amortização antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos imobiliários elencados no Plano (Quadro 5-A).
- b)** Opção B: Com a aplicação de 45% de deságio sobre os créditos quirografários, e limitado, após o deságio, a R\$50.000, serão pagos através da Tranche B e Parcela B. A Tranche B, representando 27% do saldo após deságio, será remunerado a taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela B correspondendo a 73% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data homologação, podendo ter a amortização antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos elencados no plano (Quadro 5-B). Como meio de aceleração da amortização será procedida a alienação do Ativo Imobilizado, UPI Louças Sanitárias (CSC).

Os valores de cada credor quirografário que superarem o limite de R\$50, conforme descrito nas Opções A e B, serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Controladora, com carência de 102 meses e vencimento "bullet" em 120 meses após o término da carência, sendo o saldo corrigido pela Taxa Referencial ("TR").

Após o exercício da opção pelos credores, não houve credor individual com créditos superiores a R\$50.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Classe IV é composta por microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$2 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, vencendo em até 180 dias a contar da data de homologação. O saldo remanescente limitado ao montante de R\$250 será pago em até 18 meses a contar da data de homologação com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de Relações com Investidores da Companhia.

1.2 Continuidade operacional

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos através da modernização de suas unidades fabris, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios, além do efeito de proteção contra as ações e possíveis execuções que possam recair sobre o Grupo.

Assim, o Grupo mantém suas atividades operacionais com expectativa de continuidade dos negócios nos segmentos em que atua.

A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização do mineral crisotila é regulamentada pela Lei Federal n.º 9.055/95, Decreto n.º 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está previsto na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A referida Lei foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 proposta pela ANAMATRA E ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF), julgada em 24 de agosto de 2017, tendo sido declarados 5 votos pela procedência da ação e conseqüente inconstitucionalidade da Lei Federal e 4 votos pela improcedência e conseqüente constitucionalidade da Lei Federal.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade da Lei pressupõe voto de ao menos 6 dos 11 ministros o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso do minério crisotila neste Estado.

Neste julgamento, foram declarados por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Adicionalmente, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito "erga omnes", ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, o Grupo suspendeu no início de dezembro de 2017, as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente apenas com a fibra sintética de polipropileno produzida na unidade industrial de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou através de petição à relatora das ADIs a suspensão do efeito "erga omnes" até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria prima.

Notas E**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em face da decisão acima, o Grupo retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar o mineral crisotila como matéria prima na fabricação de telhas de fibrocimento. A produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzida na unidade industrial de Manaus.

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização de fibras de crisotila no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

O Grupo comunicou ao mercado em 11 de fevereiro de 2019, através de Fato Relevante, que tomou conhecimento da publicação dos acórdãos referente à decisão do STF quanto ao uso do amianto, e assim, imediatamente paralisou em caráter temporário as atividades de mineração.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hibernar os ativos da controlada Sama se deu pela não apreciação pelo STF do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 8 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Em 11 de fevereiro de 2020, através de Fato Relevante, o Grupo comunicou ao mercado a decisão de reativar temporariamente a atividade de beneficiamento do minério extraído anteriormente a 11 de fevereiro de 2019, para fins exclusivos de exportação, amparada na Lei do Estado de Goiás n. 20.514, regulamentada pelo Decreto n. 9.518.

Em 7 de julho de 2020, através de Fato Relevante, o Grupo informou que retomou o processamento do minério disponível para extração nas instalações de sua controlada Sama, em caráter temporário para fins exclusivos de exportação, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

Em 17 de novembro de 2020, o Grupo informou ao mercado, através de Fato Relevante, que a sua controlada Sama, retomou as atividades de remoção de estéril para liberação do minério, sendo o mineral crisotila produto para fins exclusivos de exportação, a extração e o beneficiamento destinado exclusivamente ao mercado externo, do minério de variedade crisotila, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

A Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra Lei nº 20.514 do Estado de Goiás (ADI nº 6.200).

Com relação, à Precon, fabricante de telhas de fibrocimento, sua unidade industrial foi descontinuada em função da proibição do uso do crisotila na fabricação de telhas de fibrocimento no território nacional. Assim, a Administração da Companhia avaliou as alternativas de melhor retorno econômico para utilização dos ativos de sua controlada localizada em Anápolis, decidindo pela desmobilização da fábrica e transferência de equipamentos para as unidades de Goiânia e Colombo, visando aumento de capacidade, melhoria de qualidade e ganho de confiabilidade nessas unidades.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Diante do cenário, o Grupo avaliou os ativos imobilizados de suas controladas Sama e Precon e decidiu realizar *impairment* parcial desses ativos, conforme divulgado nas notas explicativas nº 11 e nº 12.

1.3 Impactos causados pela pandemia da COVID-19 e ações tomadas pela Administração

A pandemia deflagrada pela COVID-19, espalhou-se rapidamente pelo mundo, causando rupturas importantes na atividade econômica global e iniciando uma crise sem precedentes.

Tal crise tem aumentado significativamente as incertezas no ambiente macroeconômico. Segundo o Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2020, o PIB (Produto Interno Bruto) teve uma retração de 4,36% no ano de 2020 frente ao mesmo período do ano anterior.

Para enfrentar esse cenário absolutamente disruptivo, a Companhia centrou suas ações em segurança e saúde dos colaboradores, gestão do capital de giro e contenção de custos e despesas, através das principais medidas abaixo:

1.3.1 Paralisação da operação de louças e metais - CSC

Em 22 de abril de 2020, o Grupo interrompeu as operações industriais da sua controlada Companhia Sulamericana de Cerâmica S/A (CSC). A decisão de paralisar a operação, com desligamento da totalidade de seus colaboradores, foi consequência dos impactos sofridos pela pandemia, que inviabilizaram a continuidade dos esforços para a conservação das suas operações que já apresentavam resultados negativos em períodos anteriores, medida que visou fortalecer a geração de caixa operacional do grupo. O impacto gerado pela paralisação da CSC nos resultados do Grupo foi de R\$13.665, sendo: (i) R\$11.465 decorrente de reavaliação a mercado de seus estoques, (ii) R\$1.300 de indenizações pagas aos colaboradores desligados e (iii) R\$900 com outros gastos com manutenção e conservação da unidade.

1.3.2 Aplicação das medidas provisórias do Governo Federal

Visando a sustentabilidade do seu negócio e a preservação dos postos de trabalho, o Grupo adotou medidas por meio da MP 936/2020, convertida na Lei n. 14.020/20, que contemplaram: (i) à redução de 25% do salário e respectivos encargos, com a redução proporcional de jornada de trabalho, para todos os colaboradores não envolvidos diretamente na operação industrial, incluindo a Administração; (ii) suspensão de contrato de trabalho dos colaboradores das linhas de produção que tiveram suas atividades interrompidas em função da queda da demanda e (iii) concessão de férias aos colaboradores, mesmo àqueles sem período aquisitivo.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1.3.3 Preservação e fortalecimento da posição de caixa e liquidez

Diante do cenário causado pela pandemia da Covid-19, o Grupo, na condução dos seus negócios privilegiou o fortalecimento de sua posição de caixa e liquidez, implementado adicionalmente as seguintes ações:

- **Investimentos:** A Companhia aprovou aumento de capital no montante de R\$46.570, gerando recursos para fazer frente ao seu projeto de telhas fotovoltaica e ao programa de modernização do parque industrial de fibrocimento;
- **Venda de ativos:** A Companhia possui um acervo de ativos destinados para venda no montante de R\$190.513, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, com expectativa de realização nos próximos 12 meses;
- **Disponibilidade em caixa:** A Companhia, ao final do exercício possui recursos em caixa e em aplicações financeiras no montante de R\$81.175, ao qual são suficientes para fazer frente às suas obrigações;
- **Endividamento:** No decorrer do ano de 2020, a Companhia liquidou a dívida bancária de curto prazo contraída através de antecipações de recebíveis;
- **Prorrogação de pagamentos com credores:** A Companhia obteve a prorrogação das parcelas a vencer no segundo semestre de 2020 referente à dívida contratada junto ao Banco da Amazônia S.A, no montante de R\$3.183, nos termos da resolução nº 4.798 do Banco Central do Brasil;
- **Linhas de créditos pré-aprovadas:** A Companhia possui linhas de créditos pré-aprovadas com bancos e fundo de investimento em direitos creditórios (FDIC) para a antecipação de recebíveis no mercado interno, assim, como também possui linhas de créditos pré-aprovadas em relação aos seus recebíveis oriundos de exportações. No período findo em 31 de dezembro de 2020, a posição das contas a receber consolidado é de R\$89.938.

A Administração da Companhia, até a emissão destas demonstrações financeiras não tem como estimar ou prever a ocorrência de outros eventos futuros relacionados à pandemia da Covid-19 que possam trazer reflexos a sua continuidade operacional, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

De acordo com a avaliação da Administração, os ativos consolidados, a previsão de fluxo de caixa de suas operações a serem geradas através de iniciativas de redução de custos e dos eventos de liquidez não recorrentes descritos, serão suficientes para atender as necessidades de estrutura de capital e investimentos da Companhia nos próximos 12 meses.

Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais relacionadas à habilidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nessa premissa.

1.3.4 Cuidado com colaboradores e parceiros

A Companhia está operando normalmente, mantendo em trabalho remoto ("home office") os colaboradores integrantes de grupos de risco e inclusive com o retorno presencial dos demais colaboradores que não fazem parte do grupo de risco. Foram implementadas todas as medidas de segurança e saúde para garantir o bem-estar de todos os nossos colaboradores.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

2. Base para preparação, apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

A Administração ao elaborar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas utilizou critérios de divulgação considerando aspectos regulatórios e a relevância das transações para compreensão das mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira da Companhia e de suas controladas.

2.1 Novas normas e pronunciamentos contábeis adotadas no período

Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia e por suas controladas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

2.2 Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

2.3 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

- a) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
- b) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM").

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Administração e ratificadas pelo Conselho de Fiscal da Companhia em 02 de março de 2021.

2.6 Principais práticas contábeis**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

São representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

O montante de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

d) Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques. A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

e) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o Grupo não efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis.

g) Provisão para benefícios pós-emprego

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de assistência médica e assistência alimentícia aos ex-empregados.

i. Custo de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de contribuição definida, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações);
- Despesa ou receita financeira líquida; e
- Remensuração.

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos do Grupo. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

- iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido.
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 / CPC 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

- h) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

i) Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica "receita operacional líquida" e "outras receitas (despesas) operacionais" durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

k) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Notas E**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l) Receita operacional líquida

A receita é mensurada quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, conforme o seguinte procedimento:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação e as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

n) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

o) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, o Grupo pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) abaixo); e
- O Grupo pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso o Grupo eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i. Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Resultado financeiro líquido" (nota explicativa nº 27).

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- ii. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, o Grupo pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta "Receitas financeiras" no resultado.

- iii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

- a) Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

b) Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

c) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

d) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

e) Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

2.7 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

2.7.1 Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

2.7.2 Perdas pela não recuperabilidade de ativos

O Grupo realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente, as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

2.7.3 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

2.7.4 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

2.7.5 Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, modalidade de plano e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 18. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	560	3.334	1.261	6.133
Aplicações financeiras (*)	3.585	537	79.914	3.225
	<u>4.145</u>	<u>3.871</u>	<u>81.175</u>	<u>9.358</u>

(*) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 são aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras com carência de 30 à 60 dias em CDB (Certificado De Depósito Bancário). As aplicações com liquidez imediata estão remuneradas pela taxa de 0,09% a.a. (0,24% a.a. em 31 de dezembro de 2019), já as aplicações em CDB estão remuneradas pela taxa de 105,26% do CDI.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	56.358	48.683	63.421	58.104
Mercado externo(*)	-	-	35.940	9.200
	56.358	48.683	99.361	67.304
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.486)	(6.309)	(9.423)	(10.566)
	<u>51.872</u>	<u>42.374</u>	<u>89.938</u>	<u>56.738</u>

(*) No final de 2019, iniciou-se a retomada das exportações da mineradora Sama. O aumento de contas a receber no mercado externo se deve às respectivas exportações de crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho/19 e regulamentada pelo decreto nº 9.518 de setembro/2019.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer:				
Até 1 ano	50.505	41.731	78.205	54.969
Valores vencidos:				
Até 90 dias	825	1.632	11.419	2.918
Entre 91 e 180 dias	82	416	272	560
Entre 181 e 360 dias	385	198	561	650
Acima de 360 dias	<u>4.561</u>	<u>4.706</u>	<u>8.904</u>	<u>8.207</u>
	56.358	48.683	99.361	67.304
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.486)</u>	<u>(6.309)</u>	<u>(9.423)</u>	<u>(10.566)</u>
	<u>51.872</u>	<u>42.374</u>	<u>89.938</u>	<u>56.738</u>

Movimentação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	(6.309)	(5.700)	(10.566)	(9.797)
Adições	(9.579)	(2.021)	(11.996)	(9.064)
Reversões	9.767	1.412	11.484	8.123
Baixa definitiva	1.635	-	1.655	552
Combinação de negócio CSC	-	-	-	(380)
Saldo final	<u>(4.486)</u>	<u>(6.309)</u>	<u>(9.423)</u>	<u>(10.566)</u>

Em 31 de dezembro de 2020 não houve movimentações atreladas a operações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, R\$37.792 (controladora) e R\$43.884 (consolidado) das contas a receber estava atrelado a operações financeiras, sendo R\$7.707 (controladora) e R\$13.798 (consolidado) relativos a operações de duplicatas descontadas junto ao Banco Daycoval S.A. e Creditise e R\$30.085 (controladora) para composição da garantia mínima atrelada a operação de crédito bancário junto ao Banco Sofisa S.A.

5. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Produtos acabados	21.062	32.490	29.654	46.344
Produtos semiacabados	15.519	25.141	18.849	30.872
Mercadorias para revenda	1.696	3.496	8.236	6.253
Matérias-primas	10.307	14.275	12.723	15.740
Materiais auxiliares	10.305	9.599	23.727	28.509
(-) Perda para redução ao valor realizável líquido	<u>(6.753)</u>	<u>(7.952)</u>	<u>(19.719)</u>	<u>(22.797)</u>
	<u>52.136</u>	<u>77.049</u>	<u>73.470</u>	<u>104.921</u>

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(7.952)	(10.510)	(22.797)	(19.251)
Adição	(2.373)	(3.558)	(45.378)	(23.030)
Combinação de negócios - CSC	-	-	-	(5.840)
Reversão	3.572	6.116	48.456	25.324
Saldo final	<u>(6.753)</u>	<u>(7.952)</u>	<u>(19.719)</u>	<u>(22.797)</u>

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	863	1.400	15.381	15.570
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (i)	16.337	16.201	17.937	17.613
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (i)	9.337	9.257	13.061	12.434
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	15	14	1.200	1.475
Programa de integração social - PIS	9.082	-	12.585	3.027
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	41.831	-	51.633	9.547
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	149	2.769	2.733
Outros (ii)	833	435	9.114	1.931
	<u>78.298</u>	<u>27.456</u>	<u>123.680</u>	<u>64.330</u>
Circulante	53.212	2.328	88.986	23.496
Não circulante	25.086	25.128	34.694	40.834

(i) Imposto de renda retido na fonte, dos anos base 1999 e 1998, não prescritos, conforme Lei Complementar 118/2005. Os assessores jurídicos do Grupo entendem que a probabilidade do risco de não efetivação desses créditos deve ser considerado remoto, uma vez que o direito já foi reconhecido judicialmente em definitivo com o trânsito em julgado no mês de dezembro de 2020.

(ii) Por meio do mandado de segurança, o Grupo obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS. Tal decisão, consentiu o direito de o Grupo reconhecer em outras receitas operacionais os valores dos referidos tributos R\$71.048, tal decisão se refere ao Despacho Decisório n. 721/2020 emitido pela Receita Federal do Brasil em 16/07/2020.

7. Combinação de negócios

Aquisição da Companhia Sulamericana de Cerâmica S/A ("CSC")

Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, em 11 de junho de 2019, o Grupo Eternit concluiu a aquisição de mais 40% das ações da Companhia Sulamericana de Cerâmica S/A - CSC, com isso passou a deter 100% das ações da CSC, cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças havia sido celebrado em 27 de abril de 2018 pela controlada Atena.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A CSC atua na produção e comercialização de louças sanitárias através de uma fábrica localizada no município de Caucaia no estado do Ceará.

O preço pago pela controlada Atena foi de R\$1,00, no ato da assinatura do contrato. Adicionalmente foram estabelecidos termos para realização da liquidação do saldo a pagar sobre os passivos da CSC com a Colceramica, antigo acionista, como o estabelecido no Programa de Recuperação Judicial, homologado em 11 de junho de 2019.

A Companhia utilizou o método da combinação de negócios realizada em estágios conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3. A Companhia mensurou novamente a participação anterior pelo seu valor justo, e a diferença para o valor contábil anterior foi reconhecida no resultado do exercício. A Companhia contratou uma consultoria especializada para elaboração do laudo de avaliação do valor justo à data de aquisição.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados a valor justo na data de aquisição. A tabela a seguir, resume a alocação do preço de compra preliminar com base no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente:

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Mais/(menos) valia</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos circulantes:			
Caixas e equivalentes de caixa	1.537	-	1.537
Contas a receber de clientes	9.010	-	9.010
Estoques	15.262	-	15.262
Impostos a recuperar	8.471	-	8.471
Outros ativos circulantes	7.954	-	7.954
	<u>42.234</u>	<u>-</u>	<u>42.234</u>
Ativos não circulantes:			
Impostos a recuperar	6.510	-	6.510
Imobilizado	105.999	5.515	111.514
Intangível	351	(20)	331
	<u>112.860</u>	<u>5.495</u>	<u>118.355</u>
Total do ativo	<u>155.094</u>	<u>5.495</u>	<u>160.589</u>
Passivos circulantes:			
Fornecedores	4.297	-	4.297
Partes Relacionadas	15.960	-	15.960
Empréstimos e financiamentos	43.110	-	43.110
Obrigações com pessoal	1.586	-	1.586
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.016	-	8.016
Outros passivos circulantes	4.077	-	4.077
	<u>77.046</u>	<u>-</u>	<u>77.046</u>
Passivos não circulantes:			
Obrigações com pessoal	962	-	962
Empréstimos e financiamentos	18.917	-	18.917
Partes Relacionadas	89.186	-	89.186
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	1.130	-	1.130
	<u>110.195</u>	<u>-</u>	<u>110.195</u>
Ativos (Passivos) Líquidos	<u>(32.147)</u>	<u>5.495</u>	<u>(26.652)</u>

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A tabela a seguir, demonstra o ganho pela remensuração da participação anterior detida pela Eternit na CSC:

Remensuração da participação anterior

Participação anterior à combinação de negócios detida pela Eternit na CSC – 60%	(19.288)
Ganho (perda) na remensuração da participação anterior	<u>3.297</u>
Participação da Eternit	(15.991)

A tabela a seguir, demonstra o ágio ainda não alocado composto pelo valor da contraprestação transferida acrescida da participação anterior remensurada deduzida dos ativos (passivos) líquidos assumidos:

Contraprestação transferida (R\$1,00)	-
Valor justo da participação da Eternit	<u>(15.991)</u>
Participação da Eternit	(15.991)
Passivo líquido assumido após alocação inicial	(26.652)
Goodwill	<u>10.661</u>
Provisão para Perda em investimentos	(10.661)

Para fins fiscais, os valores de impostos dos ativos da CSC devem ser redefinidos com base nos valores de mercado dos ativos.

A CSC contribuiu com receitas no valor de R\$23.846 da Companhia para o período entre a data de aquisição e o período findo em 31 de dezembro de 2019. Se a aquisição da CSC tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas da Companhia consolidadas para o exercício teriam sido acrescidas no montante total de R\$17.094, totalizando R\$40.940.

Na combinação de negócios foi apurado um Goodwill no valor de R\$10.661, o qual o grupo decidiu realizar a provisão para perda em investimento, por não haver expectativa de realização.

Foi homologado a arrematação da UPI Louças Sanitárias (CSC) para a Roca Sanitários Brasil, conforme divulgado em nota explicativa nº 35.

8. Investimentos e provisão para perda em investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	139.481	159.956	-	57.187
Adições (reduções) aos investimentos	24.032	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	19.923	16.718	-	10.766
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	5.740	(10.437)	-	-
Consolidação CSC	-	3.297	-	(67.953)
Transferência para provisão para perdas em investimentos	3.249	(30.053)	-	-
Saldo final	<u>192.425</u>	<u>139.481</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Investimentos nas controladas:

31.12.2020			Patrimônio	Resultado	Partic.	Realiz.	Resultado da	Lucro não	Saldo de	Mais	Provisão	Total em
Controladas	Ativo	Passivo	líquido	do exercício	%	do lucro nos estoques	equival. patrim.	realizado nos estoques	investimento	valia	para perdas em investimento	investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	167.807	109.693	58.114	43.046	100,0%	-	43.046	-	58.114	-	-	58.114
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	50.518	18.427	32.090	(7.325)	99,70%	-	(7.303)	-	31.995	-	-	31.995
Precon Goiás Industrial Ltda.	48.285	16.405	31.880	(3.363)	99,99%	-	(3.363)	-	31.878	-	-	31.878
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	119.929	111.769	8.160	(27.256)	73,90%	-	(20.140)	-	6.030	3.297	-	9.327
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	144.525	82.747	61.778	13.168	99,99%	667	13.833	(661)	61.111	-	-	61.111
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	24.807	28.057	(3.249)	(6.151)	99,99%	-	(6.150)	-	(3.249)	-	3.249	-
Total	555.871	367.098	188.773	12.119		667	19.923	(661)	185.879	3.297	3.249	192.425

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7, a Companhia adquiriu controle da CSC em 11 de junho de 2019 e, a partir dessa data, passou a consolidar a empresa adquirida.

31.12.2019			Patrimônio	Resultado	Partic. %	Realiz. Do	Resultado	Lucro não	Investimento	Saldo de	Mais	Total em
Controladas	Ativo	Passivo	líquido	do Exercício	%	lucro nos estoques	da equival. patrim.	realizado nos estoques	temporário (*)	investimento	valia	investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	118.116	108.789	9.327	(6.916)	99,99%	892	(6.025)	-	-	9.327	-	9.327
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	94.054	82.234	11.818	6.024	99,70%	-	6.006	-	-	11.783	-	11.783
Precon Goiás Industrial Ltda.	48.156	12.913	35.243	(155)	99,99%	-	(155)	-	-	35.241	-	35.241
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	146.852	192.739	(45.887)	4.201	60,00%	-	2.521	-	57.187	29.655	3.297	32.952
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	127.526	78.917	48.610	21.742	99,99%	(1.428)	20.312	(1.327)	-	47.277	-	47.277
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	24.091	21.190	2.901	(5.942)	99,99%	-	(5.941)	-	-	2.901	-	2.901
Total	558.795	496.782	62.012	18.954		(536)	16.718	(1.327)	57.187	136.184	3.297	139.481

(*) Por conta do pedido de recuperação judicial da Eternit, determinados empréstimos da sua controlada – CSC tiveram seu vencimento antecipado e conseqüentemente as garantias vinculadas a estes contratos foram executadas. Assim, a Eternit passou a deter direitos com a CSC, no montante de R\$57.187 decorrentes de:

i) Execução de garantias bancárias, de parte da dívida, no valor de R\$44.551.

ii) Notas promissórias no valor de R\$12.636, decorrente de confissão de dívida pelo pagamento adicional realizado pela Companhia Colombiana de Cerâmica SAS referente a execução de garantias bancárias, em contra partida passou a deter o mútuo correspondente com a CSC.

9. Partes relacionadas

Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

Controladas	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	(20.568)	-	(20.568)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	59.961	(49)	-	(17.537)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	2.797	(32.707)	496	(30.473)
Precon Goiás Industrial Ltda.	26	(24.006)	30	(22.657)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(17.620)	112	(17.616)
Sama S.A.	1.692	(20.902)	15	(26.065)
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A	499	(50)	22.860	(102)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	7.392	(29)	5.716	(22)
Total controladas	<u>72.367</u>	<u>(115.931)</u>	<u>29.229</u>	<u>(135.040)</u>
Circulante	68.920	(71.753)	3.136	(85.951)
Não circulante	3.447	(44.178)	26.093	(49.089)

Ativo	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Adiantamento a fornecedores (vi)		Mútuo (iii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de crédito (v)		Total	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	30/12/19
Controladas														
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	59.961	-	-	-	59.961	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	417	-	2.380	496	-	-	-	-	-	-	2.797	496
Precon Goiás Industrial Ltda.	6	7	20	23	-	-	-	-	-	-	-	-	26	30
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	468	2.817	24	7.246	-	-	7	8.903	-	-	-	3.770	499	22.860
Sama S.A.	937	-	755	15	-	-	-	-	-	-	-	-	1.692	15
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	54	-	4.055	2.482	-	-	1.303	1.240	-	-	1.980	1.980	7.392	5.716
Total controladas	1.465	2.936	5.271	9.766	2.380	496	1.310	10.143	59.691	-	1.980	5.750	72.367	29.229

Passivo	Fornecedores(i)		Nota débito(ii)		Mútuo(iii)		Cessão de Crédito (v)		Conta Corrente (iv)		Adiantamento de Clientes (vi)		Total	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Controladas														
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.568)	(20.568)	-	-	(20.568)	(20.568)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	(49)	-	-	-	-	-	-	(17.537)	-	-	(49)	(17.537)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(31.122)	(30.068)	186	(55)	-	-	-	-	-	-	(1.771)	-	(32.707)	(30.473)
Precon Goiás Industrial Ltda.	(513)	(162)	(268)	(183)	(23.225)	(22.312)	-	-	-	-	-	-	(24.006)	(22.657)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(55)	(51)	(580)	(580)	(503)	(503)	(16.482)	(16.482)	-	-	(17.620)	(17.616)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	(50)	-	-	(102)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50)	(102)
Sama S.A.	(12)	396	(517)	(264)	(20.373)	(26.197)	-	-	-	-	-	-	(20.902)	(26.065)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	(19)	(22)	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(22)
Total	(31.716)	(29.856)	(713)	(655)	(44.178)	(49.089)	(503)	(503)	(37.050)	(54.587)	(1.771)	-	(115.931)	(135.040)

- (i) Referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (fibra sintética) e ou produtos acabados e prestação de serviços e ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas da Companhia.
- (ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.
- (iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% e 122% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

- (iv) Referem-se a valores transferidos à controlada Atena e Cordoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo e dação de imóveis em cumprimento do plano de recuperação judicial.
- (v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.
- (vi) Refere-se a compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 31 de Dezembro de 2020.

Resultado Controladas	Vendas		Compras		Despesas administrativas		Outras despesas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(135)	-	-	-	-	-	-
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(445)	(111)	-	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(91.996)	(36.697)	-	-	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	1.803	(351)	(468)	-	-	-	-	(1.085)	(1.044)	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	25	96	(8)	-	-	-	-	-	-	-	269	494
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	(470)	-	-	-	-	-	-
Sama S.A	-	-	(1.276)	-	-	-	-	-	(1.202)	(1.585)	-	21
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	30	49	(55)	-	-	-	-	-	-	-	61	57
Total	55	1.948	(93.686)	(37.165)	-	(1.050)	(111)	-	(2.287)	(2.629)	330	572

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários, honorários e benefícios	4.610	5.540	4.610	5.540
Encargos sociais	839	1.159	839	1.159
Bônus (*)	905	1.977	905	1.977
Benefício pós-emprego	271	238	271	238
	<u>6.625</u>	<u>8.914</u>	<u>6.625</u>	<u>8.914</u>

(*) Valores reclassificados conforme demonstrações financeiras de 30/09/2019.

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida pela Assembleia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária e estatuto social da Companhia.

Deste modo, foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 28 de abril de 2020 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal, fixado em até R\$8.863 para o exercício de 2020 (R\$12.000 para o exercício de 2019).

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a posição acionária da Diretoria era de 203.000 ações - ETER3 (266 ações - ETER3 no período findo em 31 de dezembro de 2019), conforme movimentação abaixo:

Movimentação das ações da Diretoria

Em 31 dezembro de 2019	266
Compra	125.585
Venda	(20.000)
Subscrição	97.149
Em 31 dezembro de 2020	<u>203.000</u>

10. Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Condomínio Eldorado Bussiness Tower	796	796	796	796
CSC – Maquinas e Equiptos(*)	-	-	97.801	121
Precon – Unidade Anápolis (**)	-	-	7.265	4.021
Tégula – Unidade Anápolis	-	-	1.023	1.023
Tégula – Unidade Camaçari	-	-	935	935
Tégula – Unidade Frederico	-	-	1.519	1.519
Westphalen	-	-	-	-
	<u>796</u>	<u>796</u>	<u>109.339</u>	<u>8.415</u>

Notas Explicativas

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(*) Em novembro de 2020, a Companhia realizou o leilão judicial de alienação da UPI – Louças Sanitárias (CSC), tendo o lance vencedor da Roca Sanitários do Brasil, ao qual teve aprovação sem restrições pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) na data de 23 de dezembro de 2020. O montante obtido no leilão, será destinado ao pagamento dos credores concursais da Classe III, na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo.

(**) Do montante de R\$7.265, R\$3.244 serão transferidos para unidades industriais do grupo conforme mencionado em nota explicativa nº 1, item 1.2.

Os ativos descritos nessa nota explicativa, encontram-se disponíveis para venda. O objetivo desta desmobilização dos ativos não operacionais é a realização de caixa para o Grupo. A venda dos ativos ocorrerá conforme as condições incluídas no Plano de Recuperação Judicial.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda.

11. Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	3.178	35.951	260.392	1.807	11.146	767	313.241
Adições	-	-	-	-	-	4.750	4.750
Baixas	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Transferências	-	-	4.226	150	264	(4.640)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	3.178	35.951	264.616	1.957	11.410	877	317.989
Saldos em 1º de Janeiro de 2020	3.178	35.951	264.616	1.957	11.410	877	317.989
Adições	-	-	-	-	-	5.124	5.124
Baixas	-	-	(3.018)	(253)	(56)	-	(3.327)
Transferências	-	561	3.762	-	110	(4.433)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	3.178	36.512	265.360	1.704	11.464	1.568	319.786
Taxas médias de depreciação		4%	11,20%	20%	15%		
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	(23.201)	(149.012)	(857)	(9.180)	-	(182.250)
Adições	-	(815)	(10.280)	(182)	(606)	-	(11.883)
Baixas	-	-	2	-	-	-	2
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	(24.016)	(159.290)	(1.039)	(9.786)	-	(194.131)
Saldos em 1º de Janeiro de 2020	-	(24.016)	(159.290)	(1.039)	(9.786)	-	(194.131)
Adições	-	(815)	(9.883)	(152)	(478)	-	(11.328)
Baixas	-	-	2.009	78	56	-	2.143
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	-	(24.831)	(167.164)	(1.113)	(10.208)	-	(203.316)
Perda por redução do valor recuperável							
Perda de ativos por substituição de matéria-prima							
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	
<u>Perda por redução do valor Recuperável</u>							
Perda por redução ao valor recuperável – teste de <i>impairment</i> :							
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	(2.603)	(10.292)	(86.882)	(537)	(1.522)	-	(101.836)
Reversão	552	2.878	24.192	134	602	-	28.358
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	(2.051)	(7.414)	(62.690)	(403)	(920)	-	(73.478)
Saldos em 1º de Janeiro de 2020	(2.051)	(7.414)	(62.690)	(403)	(920)	-	(73.478)
Reversão	2.051	7.414	62.690	403	920	-	73.478
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
<u>Valor residual</u>							
Em 31 de Dezembro de 2018	575	1.846	19.591	413	444	767	23.636
Em 31 de Dezembro de 2019	1.127	3.909	37.729	515	704	877	44.861
Em 31 de Dezembro de 2020	3.178	11.069	93.289	591	1.256	1.568	110.951

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia, estão divulgados conforme Nota Explicativa nº 31:

	Consolidado								Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	
<u>Custo</u>									
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	5.894	72.487	628.079	23.446	24.652	24.276	1.152	-	779.986
Saldo de aquisição CSC	798	47.946	78.423	48	2.733	-	317	-	130.265
Adições	-	-	-	-	-	-	8.313	5.515	13.828
Baixas	-	-	(282)	(11)	(23)	-	-	-	(316)
Transferências	-	-	4.462	150	313	-	(4.925)	-	-
Ativo disponível para venda	(32)	(5.837)	(3.066)	(8)	(277)	-	-	-	(9.220)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	6.660	114.596	707.616	23.625	27.398	24.276	4.857	5.515	914.543
Saldos em 1º de Janeiro de 2020	6.660	114.596	707.616	23.625	27.398	24.276	4.857	5.515	914.543
Adições	-	-	-	-	-	-	11.353	-	11.353
Baixas	-	(978)	(3.018)	(253)	(57)	-	(90)	-	(4.396)
Transferências	-	1.065	9.714	-	211	-	(10.990)	-	-
Ativo disponível para venda	(798)	(48.380)	(97.273)	(49)	(4.040)	-	(3)	-	(150.543)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515	770.957
Taxas médias de depreciação		4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%			
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	(46.704)	(414.498)	(22.144)	(20.442)	(10.177)	-	-	(513.965)
Saldo de aquisição CSC	-	(4.791)	(17.624)	(15)	(1.836)	-	-	-	(24.266)
Adições	-	(2.571)	(23.380)	(364)	(1.462)	(1.132)	-	-	(28.909)
Baixas	-	(183)	273	11	17	-	-	-	118
Ativo disponível para venda	-	4.534	430	8	244	-	-	-	5.216

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	(49.715)	(454.799)	(22.504)	(23.479)	(11.309)	-	-	(561.806)
Saldos em 1º de Janeiro de 2020	-	(49.715)	(454.799)	(22.504)	(23.479)	(11.309)	-	-	(561.806)
Adições	-	(2.362)	(17.388)	(231)	(1.020)	(1.132)	-	-	(22.133)
Baixas	-	878	2.009	78	56	-	-	-	3.021
Ativo disponível para venda	-	6.734	36.350	29	3.153	-	-	-	46.266
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	-	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	-	-	(534.652)
Perda por redução do valor Recuperável									
Perda de ativos por substituição da matéria-prima									
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	(876)	(6.521)	-	-	-	-	-	(7.397)
Adição	-	(18)	(599)	-	(2)	-	-	-	(619)
Reversão	-	264	161	-	-	-	-	-	425
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Perda por redução ao valor recuperável – teste de "impairment"									
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	(4.693)	(15.210)	(101.642)	(816)	(2.946)	(6.363)	-	-	(131.670)
Adição	-	(1.155)	(1.117)	-	(55)	(5.637)	(2)	-	(7.966)
Reversão	1.112	3.043	28.975	341	765	(965)	8	-	33.279
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	(3.581)	(13.322)	(73.784)	(475)	(2.236)	(12.965)	6	-	(106.357)
Saldos em 1º de Janeiro de 2020	(3.581)	(13.322)	(73.784)	(475)	(2.236)	(12.965)	6	-	(106.357)
Adição	-	-	(48.066)	-	-	-	-	-	(48.066)
Reversão	2.051	7.746	112.696	472	1.342	1.132	-	-	125.439
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	-	(28.984)
Valor residual									
Em 31 de Dezembro de 2018	1.201	9.697	105.478	486	1.264	7.736	1.092	-	126.954
Em 31 de Dezembro de 2019	3.079	50.929	172.074	646	1.681	2	4.863	5.515	238.789
Em 31 de Dezembro de 2020	4.332	15.632	167.098	692	1.326	2	5.133	5.515	199.730

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Perda por redução ao valor recuperável – teste de impairment

A Companhia atualmente possui três Unidades Geradora de Caixa (UGC) em operação, (i) telhas de fibrocimento (Eternit S/A e Eternit Amazônia), que contemplam os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno, unidade localizada em Manaus, e os ativos para a produção de telhas de fibrocimento, com fábricas no Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e Bahia; (ii) telhas de concreto (Tégula), com unidade localizada na cidade de Atibaia, no estado de São Paulo e (iii) mineradora (Sama), que retomou à operação para fins exclusivos de exportação, amparada na Lei do Estado de Goiás n. 20.514, regulamentada pelo Decreto n. 9.518.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia fez a revisão do valor recuperável de seus ativos relevantes, a qual foi preparada por empresa especializada e independente com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de venda dos ativos, resultando na reversão total da provisão de perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$71.636 na controladora.

A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu na data de 31 de dezembro de 2020. A revisão foi preparada por empresa especializada e independente, e efetuada com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de venda dos ativos. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perda no respectivo período.

Sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável, o efeito da reversão referente à depreciação e amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$3.875 na controladora, R\$4.270 no consolidado, registrados na rubrica "custos dos produtos" e R\$3.566 registrados na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

As metodologias utilizadas para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foram: (i) a de fluxo de caixa descontado para a UGC de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra sintética de polipropileno (Eternit da Amazônia) e a produção de telhas de fibrocimento e; (ii) de valor líquido de venda dos ativos para a UGC de Telhas de Concreto (Tégula).

UGC de Fibrocimento

As unidades industriais da Eternit S/A, juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus, são consideradas como uma única (UGC) para fins de teste de recuperabilidade de ativos desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, isto porque: (i) pela inexistência de mercado ativo da fibra sintética de polipropileno; (ii) não existem players de fibra de polipropileno desintegrados e, portanto, a venda de fibra sintética de polipropileno para o mercado disputado será sempre condicionada à demanda cativa dos produtores e (iii) a comercialização da fibra sintética de polipropileno não possui parte relevante do seu fluxo de caixa advindo de venda a terceiros, sendo que esse ativo por si só, não é capaz de gerar entrada de caixa de forma independente de maneira representativa.

O Grupo fez a revisão do valor recuperável da UGC no período findo em 31 de dezembro de 2020, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso, fornecidos abaixo:

Período de avaliação: a avaliação da UGC é efetuada por um período de 10 anos;

Taxa de crescimento: A Companhia utilizou a taxa de crescimento das receitas, custos e despesas com base no orçamento 2021 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano premissas macroeconômicas, tais como PIB e inflação projetada, e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Taxa de desconto: A Companhia tomou como base o custo ponderado de capital do Grupo (WACC), de 13,7% a.a.

O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2020, não possuindo indicativo de *impairment* pelo valor em uso.

UGC Telhas de Concreto (Tégula)

Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da companhia, alocados em grupos de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, o Grupo utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda.

O valor resultante da avaliação a valor justo da (UGC) no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$43.199, sendo muito superior ao valor contábil de R\$20.640.

A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação:

(i) Edificações e benfeitorias: custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não foram objeto de *impairment*.

(ii) Terrenos: método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não foram objeto de *impairment*.

(iii) Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos: valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não foram objeto de *impairment*.

Deste modo, o Grupo não registrou provisão para perda por recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

UGC Mineração (Sama)

Conforme divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido à hibernação das atividades de mineração, a Companhia registrou uma provisão para perda por recuperabilidade de seus ativos, correspondente a R\$7.835, não havendo a necessidade de revisão para a UGC no período findo de 31 de dezembro de 2020.

A Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) contra a Lei do Estado de Goiás, de forma a revisar o teste de recuperabilidade de seus ativos ("impairment").

12.Intangível

Custo	Controladora		Total
	Software	Software em andamento	
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	16.020	355	16.375
Adições		442	442
Transferência	797	(797)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	16.817	-	16.817
Saldo em 1º de Janeiro de 2020	16.817	-	16.817
Adições	-	6	6
Transferência	6	(6)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	16.823	-	16.823

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Vida útil (em anos)	5		
Amortização:			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(12.974)		(12.974)
Adições	(1.675)	-	(1.675)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(14.649)		(14.649)
Saldo em 1º de Janeiro de 2020	(14.649)		(14.649)
Adições	(1.067)	-	(1.067)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(15.716)		(15.716)
Perda por redução do valor Recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(3.010)	-	(3.010)
Reversão	978	-	978
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(2.032)		(2.032)
Saldo em 1º de Janeiro de 2020	(2.032)	-	(2.032)
Reversão	2.032		2.032
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	-	-	-
Valor residual			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	36	355	391
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	136	-	136
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1.107	-	1.107

	Consolidado				
	Software	Deságio e Mais-valia do intangível	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	26.327	16.558	956	353	44.194
Saldo aquisição CSC	1.973	-	1	-	1.974
Adições	178	(20)	-	547	705
Transferências	900	-	-	(900)	-
Ativo disponível para venda	(17)	-	-	-	(17)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	29.361	16.538	957	-	46.856
Saldo em 1º de Janeiro de 2020	29.361	16.538	957	-	46.856
Adições	-	-	-	91	91
Transferências	91	-	-	(91)	-
Disponível p/ venda	(2.874)	-	-	-	(2.874)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	26.578	16.538	957	-	44.073
Vida útil (em anos)	5				
Amortização:					
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(22.139)	-	-	-	(22.139)
Saldo aquisição CSC	(1.623)	-	-	-	(1.623)
Adições	(2.567)	-	-	-	(2.567)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(26.329)	-	-	-	(26.329)
Saldo em 1º de Janeiro de 2020	(26.329)	-	-	-	(26.329)
Adições	(1.547)	-	-	-	(1.547)
Disponível p/ venda	2.657	-	-	-	2.657
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(25.219)	-	-	-	(25.219)
Perda por redução do valor Recuperável					
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(3.698)	(16.558)	(956)	-	(21.212)
Reversões	1.269	-	-	-	1.269
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(2.429)	(16.558)	(956)	-	(19.943)
Reversões	2.231	-	-	-	2.231
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(198)	(16.558)	(956)	-	(17.712)
Valor residual					
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	490	-	-	353	843
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	603	(20)	1	-	584
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1.161	(20)	1	-	1.142

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

13. Ativo de direito de uso e obrigações de arrendamento

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do terreno e galpão industrial onde encontra-se instalada a fábrica de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março/2027. Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% a.a., correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

	Consolidado	
	Edifícios	Total
<u>Ativo</u>		
Adoção inicial ao CPC 06(R2)/IFRS16 em 01 de Janeiro de 2019	12.506	12.506
Depreciação	(1.296)	(1.296)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	11.210	11.210
Saldo inicial em 1º de Janeiro de 2020	11.210	11.210
Reversão	(900)	(900)
Depreciação	(1.161)	(1.161)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	<u>9.149</u>	<u>9.149</u>
<u>Passivo</u>		
Adoção inicial ao CPC 06(R2)/IFRS16 em 01 de Janeiro de 2019	(12.506)	(12.506)
Pagamento	2.445	2.445
Correção	(1.149)	(1.149)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(11.210)	(11.210)
Saldo inicial em 1º de Janeiro de 2020	(11.210)	(11.210)
Reversão	900	900
Pagamento	2.140	2.140
Correção	(1.006)	(1.006)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	<u>(9.176)</u>	<u>(9.176)</u>
<u>Resultado</u>		
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	-	-
Depreciação	1.296	1.296
Juros	1.149	1.149
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 Dezembro de 2019	2.445	2.445
Saldo em 1º de Janeiro de 2020	-	-
Depreciação	1.161	1.161
Juros	1.006	1.006
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de Dezembro 2020	<u>2.167</u>	<u>2.167</u>

Até a publicação dessas informações contábeis, o contrato de locação dos imóveis do Ed. Pantheon dados em pagamento de dívidas bancárias não havia sido celebrado. Deste modo, não foi reconhecido, devendo ser reconhecido logo que seja celebrado.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	10.247	9.315	19.858	15.677
Mercado externo	7.759	10.072	10.330	13.532
Mercado interno recuperação judicial (i)	13.428	15.564	30.155	30.317
Mercado externo recuperação judicial (i)	-	-	193	193
	<u>31.434</u>	<u>34.951</u>	<u>60.536</u>	<u>59.719</u>

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do Plano de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota explicativa 1.1, totalizam na controladora R\$13.428, sendo, R\$12.715 da Classe III e R\$713 da Classe IV e no consolidado R\$30.347, sendo R\$29.308 da Classe III e R\$1.039 da Classe IV.

15. Empréstimos e financiamentos

Composição dos empréstimos e financiamentos.

	Encargos financeiros	Controladora					
		31/12/2020			31/12/2019		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional:							
Fiança honrada (ii) (iii)	1% a.a. + 100% CDI.	-	9.327	9.327	-	9.327	9.327
Conta Garantida (i)	8,47% a.a.	-	-	-	30.086	-	30.086
Desconto de recebíveis	10,20% a.a.	-	-	-	7.603	-	7.603
Total moeda nacional		-	9.327	9.327	37.689	9.327	47.016
	Encargos financeiros	Consolidado					
		31/12/2020			31/12/2019		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional:							
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços (ii), (iii)	1% a.a. + 100% CDI.	-	57.061	57.061	-	54.435	54.435
Fiança honrada (ii), (iii)	1% a.a. + 100% CDI.	-	9.327	9.327	-	9.327	9.327
Conta Garantida (i)	8,47% a.a.	-	-	-	30.085	-	30.085
Desconto de recebíveis	10,83% a.a.	-	-	-	13.190	-	13.190
Total moeda nacional		-	66.388	66.388	43.275	63.762	107.037
Para capital de giro ACE (Adiantamento de contrato de exportação)	7,00% a.a.+ V.C.	-	-	-	6.537	-	6.537
Total moeda estrangeira		-	-	-	6.537	-	6.537
		-	66.388	66.388	49.812	63.762	113.574

- (i) Conta garantida vinculada Cessão Fiduciária de Duplicatas celebrada junto ao Banco Sofisa S.A. conforme divulgado em nota explicativa nº 31, incluindo encargos a apropriar.
- (ii) Do total da dívida bruta de R\$66.388 apresentada no consolidado, R\$40.300 se refere ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II e R\$26.088 ao Banco Bradesco, Banco Pine e Banco Alfa, que compõe o saldo da Classe III, Opção A do plano. Para o saldo da Classe II foi aplicada correção monetária. As liquidações estão previstas conforme nota explicativa nº 1.1.
- (iii) As taxas foram repactuadas no Plano de Recuperação Judicial.

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras ("covenants").

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 31/12/2019	47.016	113.574
Captação	29.452	48.556
Amortização	(67.395)	(99.162)
Juros e Encargos	581	3.895
Varição Cambial	-	27
Pagamento de juros e encargos	(327)	(502)
Saldo Final em 31/12/2020	<u>9.327</u>	<u>66.388</u>

Composição por vencimento

Vencimento	Controladora	Consolidado
2021	150	1.067
2022	200	1.423
2023	200	1.423
2024	200	1.423
A partir de 2025	<u>8.577</u>	<u>61.053</u>
	<u>9.327</u>	<u>66.388</u>

Os pagamentos dos créditos quirográficos seguirão o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

16. Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Férias	6.522	6.360	8.201	8.366
Participação nos lucros e resultados	3.829	740	4.755	964
Bônus	3.492	2.163	3.921	2.647
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	485	458	880	742
Instituto nacional do seguro social – INSS (*)	8.643	9.635	10.925	12.748
Outros	<u>5</u>	<u>81</u>	<u>305</u>	<u>157</u>
	<u>22.976</u>	<u>19.437</u>	<u>28.987</u>	<u>25.624</u>
Circulante	15.746	11.773	19.981	15.650
Não circulante	7.230	7.664	9.006	9.974

(*) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar referente a débitos junto ao INSS, que foram parcelados em até 84 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e em conformidade com a Lei 11.101/2005, totalizam na controladora R\$6.932, sendo R\$1.358 no passivo circulante e R\$5.574 no passivo não circulante, e no consolidado R\$8.907, sendo R\$300 no passivo circulante e R\$8.607 no passivo não circulante com liquidação final prevista para 2025.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

17. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	296	-	319	86
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	298	-	414	1
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	13.503	5.203	15.445	6.380
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	2.931	1.631	2.937	1.632
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.684	3	2.246	530
Programa de integração social - PIS	364	15	480	97
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	755	418	1.065	711
Imposto sobre operações financeiras - IOF	1	9	42	137
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	224	-
Instituto nacional de seguro social- INSS	78	-	207	-
Imposto sobre qualquer natureza - ISS	43	44	73	62
Parcelamento de tributos (**)	17.133	21.967	49.792	58.597
Outros	87	138	141	100
	<u>37.173</u>	<u>29.428</u>	<u>73.385</u>	<u>68.333</u>
Circulante	21.235	11.716	31.029	19.559
Não circulante	15.938	17.712	42.356	48.774

(*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais "Produzir" e "Desenvolve" na controladora, "Produzir" na controlada Tégula;

(**) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar referente débitos tributários parcelados, em até 84 parcelas, para Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizam na controladora R\$5.442 no passivo circulante e R\$11.220 no passivo não circulante e no consolidado R\$12.652 no passivo circulante e R\$36.668 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2025.

18. Provisão para benefício pós-emprego

a) Benefícios futuros de saúde:

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde, contemplando através de plano de assistência médica e de plano de pensão alimentícia vitalícia, concedidos aos ex empregados da controladora Eternit e da controlada Sama.

As obrigações com benefícios pós-emprego, foram estabelecidas, através de acordo extrajudicial ou por decisão judicial.

As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O impacto referente a remensuração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a R\$6.745 na controladora e R\$12.485 no consolidado.

(i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto nominal	7,42% Eternit 7,35% Sama (Saúde) 6,94% Sama (Alimentação)	6,47%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,00%	3,87%
Taxa anual de inflação projetada	4,00%	3,50%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Aging factor real	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade	Suavizada em 10%	Suavizada em 10%

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(ii) Passivo dos planos de benefícios pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	2.582	2.622	7.211	7.118
Não circulante	32.378	37.725	84.686	94.486
	<u>34.960</u>	<u>40.347</u>	<u>91.897</u>	<u>101.604</u>

b) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2020:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo atuarial líquido no início do exercício	40.347	42.656	101.604	83.305
Custo dos juros e serviços do exercício	3.980	3.651	9.983	17.131
Benefícios pagos	(2.622)	(2.640)	(7.205)	(5.949)
Ajustes de experiência (*)	(6.745)	(3.320)	(12.485)	7.117
Passivo atuarial líquido no final do exercício	<u>34.960</u>	<u>40.347</u>	<u>91.897</u>	<u>101.604</u>

(*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes.

(i) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento	Redução
		(0,5%)	(0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	34.960	1.664	1.846
Variação		<u>7,92%</u>	<u>6,92%</u>

Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento	Redução
		(0,5%)	(0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	91.898	4.149	4.550
Variação		<u>7,74%</u>	<u>6,74%</u>

c) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020**	31/12/2019*	31/12/2020**	31/12/2019*
Dentro dos próximos 12 meses	2.582	2.622	7.211	7.118
Entre 2 e 5 anos	11.182	11.643	30.382	30.762
Após 5 anos	15.227	78.881	39.802	192.637
	<u>28.991</u>	<u>93.146</u>	<u>77.395</u>	<u>230.517</u>

*Projetado até o fim da vida do último beneficiado.

** Projetado para os próximos 15 anos.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

d) Plano de suplementação de aposentadoria:

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contribuições efetuadas no exercício	1.055	510	1.143	738

19. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes (i)	12.241	2.296	13.317	3.509
Comissões no mercado interno (ii)	10.110	3.730	11.329	3.910
Comissão no mercado externo (ii)	-	-	1.634	1.111
Provisão para destinação resíduos (iii)	5.855	6.301	5.855	6.301
Provisão para garantia	79	481	172	591
Fretes a pagar	-	(48)	3.398	2.291
Colcerâmica - Companhia Colombiana de Cerâmica S.A.S (iv)	7.210	7.210	50.004	50.004
Outras contas a pagar (v)	1.480	2.169	12.739	6.906
	<u>36.975</u>	<u>22.139</u>	<u>98.448</u>	<u>74.623</u>
Circulante	36.909	22.139	98.382	74.623
Não circulante	66	-	66	-

(i) Aumento na condição de vendas com recebimento antecipado por conta do aquecimento no mercado da construção civil.

(ii) Comissões pagas a representantes no negócio de fibrocimento e exportação do mineral crisotila.

(iii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o mineral crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções.

(iv) Em decorrência do evento da recuperação judicial do Grupo Eternit, os valores devidos pela controlada CSC foram antecipados e executados por instituições financeiras no exercício de 2018. Tais valores devidos pela CSC eram garantidos parcialmente pela Colcerâmica. Adicionalmente, as instituições financeiras executaram a garantia em montante excedente ao valor devido pela participação da Colcerâmica na CSC. Neste sentido, a Colcerâmica se tornou credora da CSC, constando, portanto, do Quadro Geral de Credores do Plano de Recuperação Judicial homologado em 11/06/2019.

(v) Referem-se substancialmente a provisão para serviços prestados.

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro do Grupo, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Processos trabalhistas	45.198	44.952	53.753	58.616
Processos cíveis	4.275	3.978	9.351	9.089
Processos tributários	13.022	12.455	18.509	18.915
	<u>62.495</u>	<u>61.385</u>	<u>81.613</u>	<u>86.620</u>

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	48.645	4.200	14.373	67.218
Adições	6.217	206	1.716	8.139
Reversões	(8.982)	(405)	(3.634)	(13.021)
Baixas	(928)	(23)	-	(951)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>44.952</u>	<u>3.978</u>	<u>12.455</u>	<u>61.385</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44.952	3.978	12.455	61.385
Adições	3.100	401	657	4.158
Reversões	(589)	(80)	(90)	(759)
Baixas	(2.265)	(24)	-	(2.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>45.198</u>	<u>4.275</u>	<u>13.022</u>	<u>62.495</u>
	Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	62.477	11.317	40.559	114.353
Adições	8.070	1.098	5.926	15.094
Reversões	(961)	(24)	-	(985)
Baixas	(11.006)	(3.703)	(28.263)	(42.972)
Incorporação	36	401	693	1.130
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>58.616</u>	<u>9.089</u>	<u>18.915</u>	<u>86.620</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	58.616	9.089	18.915	86.620
Adições	4.218	451	676	5.345
Reversões	(773)	(166)	(1.090)	(2.029)
Baixas	(8.301)	(23)	1	(8.323)
Transferências	(7)	-	7	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>53.753</u>	<u>9.351</u>	<u>18.509</u>	<u>81.613</u>

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(i) Na área trabalhista e cível, as principais provisões englobam:

- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de: (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.
- b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra o Grupo. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo cujas atividades foram encerradas no início dos anos 90. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são as exclusões das seguintes condenações:
 - (i) indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões;
 - (ii) indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;
 - (iii) toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores.

Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$100 mil e R\$50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex- colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, tendo sido negado. A Companhia interpôs agravo de instrumento que foi provido para apreciação do recurso de revista pelo TST. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$21.110. Foi apresentado recurso ao TST , ainda pendente de julgamento.

- c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$1 bilhão. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800 mil. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional Federal condenado o Grupo no valor de R\$50 milhões a título de dano moral coletivo entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão perante o TST, tendo sido inadmitido o recurso. Desta decisão o Grupo interpôs agravo de instrumento, tendo sido admitido o recurso em parte. Foram opostos embargos de declaração pelo MPT, tendo sido rejeitados. Foi confirmado pelo TST o recebimento em parte do recurso do Grupo, tendo sido concedido efeito suspensivo. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente

Notas E**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

procedente. Ambas as partes apresentaram Recurso ordinário que se encontram pendente de julgamento. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto.

d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$3.004, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante em exercícios anteriores, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

- a) Cobrança de débito fiscal por supostas diferenças nos valores recolhidos ou creditados a título de ICMS;
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
- c) Diferença de valores reconhecidos relacionados à CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2020, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com probabilidade de perda possível e que podem ser mensurados confiavelmente, no montante consolidado de R\$ 60.262. (R\$ 111.292 em 31 de dezembro de 2019), e portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos como possível e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações financeiras:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações montam em R\$ 50 milhões. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$500 milhões a título de danos morais coletivos entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento. A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$31.423, a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, julgado parcialmente procedente para a retirada de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de danos morais coletivos. Foi apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal mantendo decisão de 1ª. Instância. Foi apresentado Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item ii "b", desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo.
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$85 milhões. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações foram julgadas parcialmente procedentes, para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisotila em sua atividade empresarial. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgados improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$ 85 milhões. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpuseram Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020 referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MP apresentou recurso ordinário, pendente de julgamento.
- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$225 milhões. A ação encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase pericial.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. Provisão desmobilização da mina

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM, conforme Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

<u>Valor presente dos desembolsos esperados</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	-	1.742
2021	1.821	1.817
2022	1.898	742
2023 a 2034	3.406	2.516
	<u>7.125</u>	<u>6.817</u>

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034 conforme alterações de prazo já detalhadas no contexto operacional.

Com base nas melhores informações, premissas e estimativas até a presente data, a Companhia realizou avaliação do Plano de Fechamento da Mina de Cana Brava para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, e concluiu que não há evidências para complementar o valor de custo da desmobilização da Mina.

A Companhia registrou no exercício findo de 31 de dezembro de 2020, correção monetária no montante de R\$308, complementando a provisão da desmobilização da Mina de Cana Brava. A correção teve como base o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) dos últimos 12 meses que foi de 4,52%.

22. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social do Grupo, totalmente subscrito e integralizado era de R\$385.537 (R\$338.967 em dezembro de 2019) e estava representado por 51.675.555 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como segue:

Composição acionária	31/12/2020		31/12/2019	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	23.605	29.502.397	11.648	23.742.647
Pessoas jurídicas	114	819.160	64	551.225
Pessoas residentes no exterior	9	577.413	9	524.053
Clubes, fundos e fundações	81	20.766.797	36	6.946.216
	23.809	51.665.767	11.757	31.764.141
Ações em tesouraria	1	9.788	1	9.788
	<u>23.810</u>	<u>51.675.555</u>	<u>11.758</u>	<u>31.773.929</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

A Companhia através de Fato Relevante, divulgado ao mercado em 7 de julho de 2020, informou a decisão do Conselho de Administração referente à homologação parcial do aumento de capital, mediante a emissão de 19.901.626 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 2,34 por ação, equivalente a R\$46.570.

O preço de emissão das novas ações foi fixado nos termos das regras previstas no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das S.A, e respeitadas as disposições do Parecer de Orientação CVM nº. 1, de 27 de setembro de 1978, conforme alterado, ou seja, conjuntamente pela perspectiva de rentabilidade da Companhia ("Valor Econômico"), pelo valor do patrimônio líquido da ação ("Valor Patrimonial"), e pela cotação das ações na B3 ("Valor de Mercado").

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O Valor Econômico foi apurado mediante laudo elaborado por empresa especializada escolhida pela administração, cabendo à empresa especializada definir o critério e a metodologia para mensuração do valor econômico. O Valor Patrimonial foi definido com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O Valor de Mercado foi definido com base na cotação de fechamento dos 30 (trinta) pregões realizados no ambiente da B3 que antecederam à RCA, abrangendo o período de 13/03/2020 a 27/04/2020. Para fins de definição do Preço de Emissão, foi desconsiderado o menor Preço de Emissão indicado pelo Valor Econômico, pelo Valor Patrimonial e pelo Valor de Mercado, ou seja, foi desconsiderado o Valor Patrimonial. A média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado resulta no valor de R\$ 3,34 por ação. O Preço de Emissão foi fixado em R\$ 2,34 por ação, representando um deságio de 30% frente ao valor da média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado das 9.788 mil ações em tesouraria era de R\$124 (R\$41 em 31 de dezembro de 2019 referente a 9.788 mil ações), registradas pelo valor histórico de R\$174.

c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro e ou prejuízo do exercício atribuível aos controladores	158.751	(12.647)
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	51.666	31.764
Lucro e ou prejuízo básico e diluído por ação - R\$	3,0723	(0,3975)

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) Dividendos

A Companhia não possui dividendos a serem distribuídos no período findo de 31 de dezembro de 2020.

23. Impostos de renda e contribuição social

a) Reconciliação do benefício (despesas) de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	179.807	12.821	193.651	44.439
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social, à alíquotas nominais	(61.134)	(4.359)	(65.841)	(15.109)

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	6.774	5.684	-	3.660
Incentivo fiscal	1.444	-	3.248	2.894
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(1.272)	(859)	(1.483)	(1.442)
Reversão da perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	25.674	9.974	27.066	10.868
Baixa de impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa		(25.468)		(30.776)
Compensação do prejuízo fiscal e base negativa	9.692	-	14.049	1.569
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.258)	4.655	2.384	1.616
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(14.526)	(14.307)	(20.514)
Outras (adições) exclusões líquidas	24	(568)	(34)	(9.831)
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do período	<u>(21.056)</u>	<u>(25.467)</u>	<u>(34.918)</u>	<u>(57.065)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.939)	-	(22.457)	(16.729)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(12.117)</u>	<u>(25.468)</u>	<u>(12.461)</u>	<u>(40.336)</u>
	<u>(21.056)</u>	<u>(25.468)</u>	<u>(34.918)</u>	<u>(57.065)</u>

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	5.193	77.717	14.497	114.282
Benefícios pós emprego	11.886	13.718	31.245	34.545
Provisão para riscos tributários, cívicos e trabalhistas	21.248	11.989	27.742	17.743
Lucros não realizados nos estoques	-	-	341	684
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.525	2.145	3.204	3.592
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.926	251	2.080	25
Mercadorias não embarcadas	-	-	4.123	3.408
Perda por redução ao valor recuperável (*)	1.877	27.550	33.263	37.877
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	2.296	2.704	6.705	5.857
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	2.422	1.374
Efeitos da combinação de negócio - CSC	-	(1.121)	-	(2.253)
Crédito Extemporâneo de Exclusão do ICMS da base do PIS & COFINS	(17.310)	-	(17.310)	-
Outras provisões	2.711	4.349	2.478	(8.877)
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos	(43.469)	(61.585)	(116.409)	(94.868)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	-	(77.717)	(7.083)	(113.630)
	<u>(12.117)</u>	<u>-</u>	<u>(12.702)</u>	<u>(241)</u>

(*) Vide nota explicativa 11 e 12.

O passivo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizada pela Companhia e por sua controlada Tégula para o período de dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

No exercício findo em 31 de dezembro 2020, o montante de R\$ 515.243 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 320.735 em 2019) e R\$ 573.380 da base negativa de contribuição social (R\$ 378.871 em 2019), o Grupo não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa. Ambos em virtude de não haver projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

24. Receita Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	678.974	554.486	860.363	637.431
Receita bruta de locação de imóveis	-	-	5	1.326
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.724)	(3.192)	(1.945)	(3.447)
Impostos incidentes sobre as vendas (*)	(163.376)	(134.222)	(175.000)	(146.639)
	<u>513.874</u>	<u>417.072</u>	<u>683.423</u>	<u>488.671</u>

(*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na nota 31.

25. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(385.450)	(362.407)	(456.079)	(420.101)
Despesas com vendas	(37.443)	(35.631)	(60.499)	(50.698)
Despesas gerais e administrativas	(39.186)	(35.652)	(75.831)	(60.260)
Remuneração da Administração	(6.489)	(8.914)	(6.489)	(8.914)
	<u>(468.568)</u>	<u>(442.604)</u>	<u>(598.898)</u>	<u>(539.973)</u>
Matéria-prima consumida	(281.841)	(247.092)	(317.963)	(233.726)
Despesas com pessoal e encargos	(88.297)	(87.021)	(114.213)	(124.905)
Materiais, energia elétrica e serviços	(42.176)	(48.685)	(57.259)	(64.489)
Serviços de terceiros	(15.830)	(16.649)	(38.333)	(29.989)
Depreciação e amortização (i)	(8.520)	(5.808)	(19.277)	(18.514)
Comissões sobre vendas	(15.407)	(12.017)	(18.897)	(14.434)
Despesas de vendas variáveis (ii)	-	-	(6.540)	(580)
Aluguel de bens móveis	(6.897)	(6.362)	(8.482)	(8.758)
Gastos de paradas (iii)	(117)	-	(1.402)	(13.869)
Despesas com viagens	(2.244)	(3.782)	(3.173)	(5.614)
Despesas com material e serviços de informática	(2.696)	(2.447)	(5.169)	(5.529)
Propaganda e publicidade	(509)	(310)	(1.076)	(761)
Contribuição para entidades de classe	(272)	(318)	(1.176)	(1.987)
Impostos e taxas	(2.020)	(4.423)	(3.060)	(6.541)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	188	(703)	(512)	(1.155)
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	1.190	854	(1.871)	(961)
Substituição de produto avariado	(371)	(1.708)	(398)	(1.714)
Garantia de qualidade	(1.984)	(5.263)	(2.299)	(5.934)
Auxílio moradia	(18)	-	(18)	-
Outras	(747)	(870)	2.220	(513)
	<u>(468.568)</u>	<u>(442.604)</u>	<u>(598.898)</u>	<u>(539.973)</u>

(i) Contempla o valor de depreciação de ineficiência fabril de R\$101 na controladora.

(ii) Despesa com "royalties" variáveis sobre o faturamento da controlada Sama pago ao governo do estado de Goiás.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (iii) Contempla R\$117 na Controladora referente aos custos de ociosidade por redução na jornada de trabalho decorrente da Covid-19 e R\$1.402 no Consolidado referente a gastos com hibernação da mineradora Sama.

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado	1.868	-	4.159	40.400
Aluguéis	-	-	1.202	996
Recuperação de tributos(i)	49.797	2.248	54.262	6.942
Benefício ICMS crédito estímulo (ii)	-	-	9.833	10.363
Remensuração Investimento CSC	-	3.297	-	3.297
Outras	396	921	1.955	9.255
	<u>52.061</u>	<u>6.466</u>	<u>71.411</u>	<u>71.253</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.860)	4.347	(2.824)	26.387
Provisão para benefício pós-emprego	(3.980)	(4.280)	(9.983)	(17.698)
Recuperação ambiental	-	-	(308)	6.111
Impostos sobre outras vendas	-	(19)	-	(134)
Impostos e taxas	(61)	(1.427)	(67)	(1.431)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(3.030)	-	(3.210)	-
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(1.303)	-	(1.403)	(8.833)
Desmontagem e reestruturação	-	-	(1.297)	-
Contribuições sobre incentivos fiscais	(621)	-	(1.475)	-
Perda por redução ao valor recuperável de ativos (iii)	71.636	-	71.629	-
Outras (iv)	(10.588)	(2.491)	(18.384)	(7.951)
	<u>49.193</u>	<u>(3.870)</u>	<u>32.678</u>	<u>(3.549)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>101.254</u>	<u>2.596</u>	<u>104.089</u>	<u>67.704</u>

- (i) Por meio do mandado de segurança nº 5001616-40.2017.4.03.6100 e amparados pelo posicionamento do nosso assessor jurídico, o Grupo obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS destacado dos documentos fiscais sobre a base de cálculo do PIS e COFINS. Tal decisão, consentiu o direito de o Grupo reconhecer em outras receitas operacionais os valores dos referidos tributos (R\$48.446 na controladora e R\$52.275 no consolidado), tal decisão se refere ao Despacho Decisório n. 721/2020 emitido pela Receita Federal do Brasil em 16/07/2020.
- (ii) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia.
- (iii) Na controladora reversão de provisão na (UGC) de fibrocimento.
- (iv) Na controladora R\$6.764 referente ao complemento de provisão para indenizações de representantes comerciais e R\$1.050 de honorários advocatícios sobre o êxito no processo de exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS, R\$833 baixa de contas a receber. No Consolidado, além dos valores mencionados na controladora, R\$4.596 referentes à gastos incorridos decorrente a paralisação da CSC.

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre mútuo	(2.287)	(3.319)	-	(643)
Juros passivos (i)	(5.681)	(8.528)	(14.569)	(16.808)
Despesas bancárias	(2.010)	(1.767)	(2.880)	(2.404)
Descontos concedidos	(204)	(819)	(351)	(887)
IOF	(603)	(1.792)	(670)	(1.867)
Pis e Cofins	-	(671)	-	(3.340)
Outras	(88)	(154)	(1.364)	(1.345)
	<u>(10.873)</u>	<u>(17.050)</u>	<u>(19.834)</u>	<u>(27.294)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento aplicações financeiras – incluindo certificado de depósitos bancários	3	5	528	17
Descontos obtidos (ii)	60	12.985	115	23.534
Juros ativos	541	615	598	6.114
Juros sobre mútuo	330	735	-	641
Variações monetárias ativas(iv)	23.041	655	24.434	4.757
Líquido de variações cambiais	222	(226)	(804)	(731)
	<u>24.197</u>	<u>14.769</u>	<u>24.871</u>	<u>34.332</u>
Resultado financeiro líquido	<u>13.324</u>	<u>(2.281)</u>	<u>5.037</u>	<u>7.038</u>

- (i) Juros referentes a parcelamentos de tributos e antecipação de recebíveis.
- (ii) Em 2019 foi realizado haircut conforme PRJ e reconhecidos os descontos obtidos com credores.
- (iii) No Consolidado em 2019 foi realizada readequação dos valores para comparação com 2020.
- (iv) Por meio do mandado de segurança, o Grupo obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS. Desta forma, foi contabilizada a variação monetária de R\$22.602 na controladora e R\$23.936 no consolidado, sobre os valores dos referidos tributos, tal decisão se refere ao Despacho Decisório n. 721/2020 emitido pela Receita Federal do Brasil em 16/07/2020.

28. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais: Fibrocimento contemplando a fibra de polipropileno, Mineral Crisotila, Telhas de Concreto, Louças e Outros. As informações apresentadas nas colunas Outros referem-se a gastos e receitas não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Área geográfica	
Fibrocimento	Mercado interno	
Mineral crisotila	Mercados externo	
Telhas de concreto	Mercado interno	
Louças	Mercado interno	
Outros	Mercado interno	

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 estão apresentadas a seguir:

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2020

	Fibrocimento (iii)	Mineral crisotila (ii)	Telhas de concreto	CSC	Outros (i)	Eliminações	Total consolidado
Receitas Líquidas:							
Mercado Interno	519.989	-	15.315	14.416	5	-	549.725
Mercado Externo	-	133.698	-	-	-	-	133.698
	<u>519.989</u>	<u>133.698</u>	<u>15.315</u>	<u>14.416</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>683.423</u>
Custo dos produtos vendidos	(376.687)	(39.132)	(13.998)	(26.262)	-	-	(456.079)
Lucro (prejuízo) Bruto	143.302	94.566	1.317	(11.846)	5	-	227.344
Receitas (despesas) operacionais	17.774	(36.905)	(7.077)	(14.641)	2.119	-	(38.730)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>161.076</u>	<u>57.661</u>	<u>(5.760)</u>	<u>(26.487)</u>	<u>2.124</u>	<u>-</u>	<u>188.614</u>
Venda de produtos							
Venda para terceiros	633.454	75.009	-	-	-	-	708.463
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	8.676	300	-	-	8.976
Investimento no período	6.212	24	5.011	196	-	-	11.443
Depreciação e amortização	(11.968)	(3.569)	(997)	(2.713)	(30)	-	(19.277)
Perda por redução por valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-
Ativo total	774.348	166.557	24.807	119.929	178.864	(519.237)	745.268
Passivo total	465.789	108.442	28.057	111.769	146.774	(330.463)	530.368
Patrimônio líquido	308.559	58.115	(3.250)	8.160	32.090	(188.774)	214.900

- (i) Receita recebida pela Prel Empreendimentos e Participações Ltda referente ao aluguel do Conjunto da Avenida Paulista.
- (ii) Conforme Fato Relevante divulgado em 17 de novembro de 2020, a controlada Sama retomou suas atividades de remoção de estéril para liberação de minério para fins exclusivo de exportação do minério crisotila amparada na vigência da Lei do estado de Goiás n. 20.514 e regulamentada pelo Decreto n. 9.518.
- (iv) Contempla telhas de fibrocimento e sistemas construtivos

31/12/2019

	Fibrocimento	Mineral crisotila (ii)	Telhas de concreto	CSC	Outros (i)	Eliminações	Total Consolidado
Receitas Líquidas:							
Mercado Interno	421.681	-	16.104	23.026	734	-	461.545
Mercado Externo	-	26.306	-	820	-	-	27.126
	<u>421.681</u>	<u>26.306</u>	<u>16.104</u>	<u>23.846</u>	<u>734</u>	<u>-</u>	<u>488.671</u>
Custo dos produtos vendidos	(350.574)	(25.799)	(14.789)	(28.939)	-	-	(420.101)
Lucro Bruto	<u>71.107</u>	<u>507</u>	<u>1.315</u>	<u>(5.093)</u>	<u>734</u>	<u>-</u>	<u>68.570</u>
(Despesas) Receitas operacionais	(53.591)	225	(6.255)	7.228	21.224	-	(31.169)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>17.516</u>	<u>732</u>	<u>(4.940)</u>	<u>2.135</u>	<u>21.958</u>	<u>-</u>	<u>37.401</u>
Venda de produtos							
Venda para terceiros (v)	568.964	18.774	-	-	-	-	587.738
Venda para terceiros (em mil peças) (v)	-	-	9.436	703	-	-	10.139
Investimento no período	5.304	9	315	2.313	2	-	7.943
Depreciação e Amortização	(10.142)	(1.398)	(1.167)	(5.768)	(39)	-	(18.514)
Perda por redução por valor recuperável	(194)	-	-	-	-	-	(194)
Ativo total (iv)	562.847	118.139	24.105	147.086	94.054	(400.644)	545.587
Passivo Total (iv)	481.817	108.811	21.203	192.974	82.236	(338.632)	548.409
Patrimônio líquido (iv)	81.030	9.328	2.902	(45.888)	11.818	(62.012)	(2.822)

- (i) Receita recebida pela Prel Empreendimentos e Participações Ltda referente aos alugueis.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (ii) Conforme Fato Relevante divulgado em 07 de julho de 2020, a controlada Sama retomou em caráter temporário a extração e beneficiamento do mineral crisotila para fins exclusivo de exportação, amparada na vigência da Lei do estado de Goiás n. 20.514 e regulamentada pelo Decreto n. 9.518.
- (iv) Valores de 2019 foram corrigidos com base no Balanço Patrimonial de 31/12/2019.
- (v) Valores de 2019 foram corrigidos com base no relatório da Administração.

29. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados pelo Grupo, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros têm vencimento médio em julho de 2021.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, lucros cessantes e D&O.	Edifícios, instalações e equipamentos	R\$ 302.956
Veículos	Veículos	100% Tabela FIPE

30. Instrumentos financeiros

30.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	560	3.334	1.261	6.133
Aplicações financeiras	3.585	537	79.914	3.225
Contas a receber	51.872	42.374	89.938	56.738
Partes relacionadas	72.367	29.229	-	-
Total dos ativos financeiros	128.384	75.474	171.113	66.096
Passivos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	(31.434)	(34.679)	(60.536)	(58.933)
Empréstimos e financiamentos	(9.327)	(47.016)	(66.388)	(113.574)
Partes relacionadas	(115.931)	(135.040)	-	-
Obrigações de arrendamento	-	-	(9.176)	(11.210)
Outros passivos	(36.975)	(22.139)	(98.448)	(74.623)
Total passivos financeiros	(193.667)	(238.874)	(234.548)	(258.340)

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

b) Hierarquia do valor justo por meio do resultado

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

30.2 Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros foram captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

a) Risco de mercado

O risco de mercado se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco no caso do Grupo: i) Risco de queda de demanda, ii) Risco de prejuízo na produção e iii) Riscos associados ao crescimento. Todos esses riscos são monitorados pela área financeira do Grupo.

b) Risco cambial

O risco cambial se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro que flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo aplicáveis às contas correntes, contas a pagar, contas a receber e a aos empréstimos denominados em moeda estrangeira e surge derivado de variações nas taxas de câmbio, principalmente dólar norte-americano USD, frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía as seguintes exposições a moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020 (US\$1,00 = R\$1,00)
Cientes no mercado externo	35.940	9.200	5,1961 \$
Fornecedores no mercado externo	(10.523)	(13.725)	5,1967 \$
Adiantamento de contrato de exportação	-	(6.537)	
Total da exposição cambial	<u>25.417</u>	<u>(11.062)</u>	

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo foram realizados quatro cenários de moeda estrangeira em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2020, conforme abaixo.

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Saldo (moeda estrangeira) Consolidado	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		5,1961	2,5981	3,8971	6,4951	7,7942
Clientes mercado externo	USD	35.940	(17.970)	(8.985)	8.985	17.970
USD	USD	5,1967	2,5984	3,8975	6,4959	7,7951
Fornecedores mercado externo	USD	(10.523)	5.261	2.631	(2.631)	(5.261)
Total das exposições		25.417	(12.709)	(6.354)	6.354	12.709

c) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro que flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultados, além de aplicar política que mantém os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas considerando projeções do CDI para avaliar eventuais necessidades de caixa futura.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	3.585	537	79.914	3.225
Empréstimos e financiamentos	(9.327)	(47.016)	(66.388)	(113.574)
Total da exposição à taxa de juros	(5.742)	(46.479)	13.526	(110.349)

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e empréstimos, as quais o Grupo está exposto na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos os quatro cenários diferentes:

Aplicações financeiras – Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2020	Projeção receitas financeiras - um ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		2,76%	1,38%	2,07%	3,45%	4,14%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	79.914	(1.103)	(551)	551	1.103
Total		79.914	(1.103)	(551)	551	1.103

Empréstimos e financiamentos - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2020	Projeção despesas financeiras - um ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		2,76%	1,38%	2,07%	3,45%	4,14%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(66.388)	916	458	(458)	(916)
		(66.388)	916	458	(458)	(916)
		13.526	(187)	(93)	93	187

Notas E

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

d) Riscos de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) *Contas a receber de clientes*

O Grupo minimiza seu risco de crédito pela venda fragmentada para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito, está refletido na rubrica "perda esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.

(ii) *Depósitos à vista e aplicações financeiras*

O Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de risco (*ratings*) das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e ou liquidação de seus direitos e obrigações.

A tesouraria do Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

f) Gestão do capital

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de gestão de capital, ao qual, não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2019.

31. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$1.788, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$4.456, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás;
- (iii) Fiança bancária, no montante de R\$1.510, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado com a controlada Tégula;

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$417, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 29 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2021;
- (v) Seguro garantia, no montante de R\$6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A. para amparar a ação anulatória referente a cobrança de débitos fiscais de COFINS, com vigência de 26 de outubro de 2015 a 26 de outubro de 2020;
- (vi) Seguro garantia, no montante de R\$1.134, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (filiais PR e GO), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vencimento em 08 de fevereiro de 2021;
- (vii) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$62.500;
- (viii) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101;
- (ix) Seguro garantia, no montante de R\$382, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (filial BA), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vencimento em 31 de dezembro de 2020.
- (x) Seguro garantia, no montante de R\$426, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (filial RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vencimento em 31 de dezembro de 2020.
- (xi) Seguro garantia, no montante de R\$265k, junto a Potencial Seguradora S/A. para compra e venda de energia elétrica (CSC), sendo a CSC a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vencimento em 08 de fevereiro de 2021.

32. Provisão de reestruturação e desmobilização

Em 2016, o Grupo iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade, redução de custos operacionais e encerramento de atividades de plantas deficitárias da controlada Tégula. No exercício de 2020, não houveram movimentações.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas Tégula	10.376	10.376
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação	10.376	10.376

Notas E



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

33.Subvenções governamentais

O Grupo possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

No período findo em 31 de dezembro de 2020, os valores das subvenções governamentais totalizaram R\$13.055 (R\$9.055 em 31 de dezembro de 2019), conforme descritos a seguir:

- a) Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás – Fomentar. No período findo em 31 de dezembro de 2020 não houve apropriação de valores sobre esse benefício. (R\$665 em 31 de dezembro de 2019).
- b) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir. No período findo em 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R\$1.045 (R\$895 em 31 de dezembro de 2019).
- c) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. No período findo em 31 de dezembro de 2020, o valor do benefício totalizou R\$4.819 (R\$1.131 em 31 de dezembro de 2019).
- d) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Estímulo. No período findo em 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R\$5.875 (R\$6.870 em 31 de dezembro de 2019).
- e) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Presumido. No período findo em 31 de dezembro de 2020, foi utilizado o montante de R\$3.958(R\$3.494 em 31 de dezembro de 2019).

34.Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

O Grupo realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa, e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aporte de capital x compensações partes relacionadas	81.304	-	-	-
Amortização partes relacionada mútuos ativo x partes relacionadas mútuos passivo	6.843	(13.457)	-	-
Amortização desconto de duplicatas	(66.291)	-	(97.866)	-
Imposto de renda retidos sobre mútuo	(305)	110	-	-
	<u>21.551</u>	<u>(13.347)</u>	<u>(97.866)</u>	<u>-</u>

35. Eventos subsequentes

Em decisão proferida no dia 20/01/21 e publicada em 26/01/21, foi homologado a arrematação da UPI Louças Sanitárias (CSC) para a Roca Sanitários Brasil pelo valor de R\$ 102 milhões. A Companhia aguarda a liberação dos recursos depositados em Juízo, que serão destinados ao pagamento de credores concursais da Classe III na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A. (Em recuperação judicial)

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. – Em recuperação judicial ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A (Em recuperação judicial) em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia ("Plano") aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende do sucesso dos planos da Administração detalhados na referida nota explicativa e do cumprimento do Plano já aprovado pelos credores e publicado em 11 de junho de 2019. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foi reconhecida provisão para perda considerada como perda possível e/ou provável, porém, sem mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos e quanto à definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

Envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa;

Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);

Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável dela, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão mencionadas em nosso parágrafo de ênfase.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

Discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;

Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas;

Reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas;

Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Créditos tributários federais originados de processos judiciais transitado em julgado

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas obtiveram o trânsito em julgado do processo que determinou a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Dada a complexidade do assunto, o julgamento significativo relacionado ao período de reconhecimento, critério adotado pela Administração para mensuração dos valores a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras e ao prazo estimado de realização, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação desses créditos tributários federais como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

Envolvimento de especialistas tributários para revisão e análise processual e metodologia de cálculo;

teste amostral de documentação suporte utilizada na apuração dos créditos fiscais;

Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia;

Revisão da divulgação realizada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e as premissas adotados pela Administração no reconhecimento e mensuração dos créditos tributários federais, bem como as referidas divulgações nas notas explicativas nº6, por fornecerem uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 25 de março de 2020 contendo ressalva sobre insuficiência de provisão para perdas estimadas por não recuperação de ativos ("impairment") e parágrafo de incertezas relevantes com a continuidade operacional.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120459/O-6

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ETERNIT S.A.

Em recuperação judicial

C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81

NIRE 35.300.013.344

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S. A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão aptos.

São Paulo, 02 de março de 2021.

Paulo Henrique Z. Funchal

Wilfredo João Vicente Gomes

João Vicente Silva Machado

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Os Membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 02 de Março de 2021.

Eternit S.A.

A Diretoria

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

São Paulo, 02 de Março de 2021.

Eternit S.A.

A Diretoria